



Mestrado Profissional
Gestão e Tecnologias

Aplicadas à Educação

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
(UNEB)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I – SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS
À EDUCAÇÃO (GESTEC)**

ANGRA SANTOS PORTO

**PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*: dos Marcos
Legais às Estratégias Institucionais**

Salvador - BA
2019
ANGRA SANTOS PORTO

**PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*: dos Marcos
Legais às Estratégias Institucionais**

Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão
e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como
parte das exigências do curso para obtenção do título

ANGRA SANTOS PORTO

de Mestre.

Área de Concentração: Gestão da Educação e Redes
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcius de Almeida Gomes

Salvador - BA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S237p	Santos Porto, Angra
	Processo de interiorização da pós-graduação stricto sensu em universidade multicampi: dos marcos legais às estratégias institucionais / Angra Santos Porto.-- Salvador, 2019.
	118 fls.
	Orientador(a): Marcius de Almeida Gomes.
	Inclui Referências
	Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I. 2019.
	1.Universidade multicampi. 2.Pós-graduação stricto sensu. 3.Interiorização.
	CDD: 370

A Universidade é, em essência, a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender. Há toda uma iniciação a se fazer. E essa iniciação, como todas as iniciações, se faz em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação... Cultivar a imaginação é cultivar a capacidade de dar sentido e significado às coisas. A vida humana não é o transcorrer monótono de sua rotina quotidiana, a vida humana é, sobretudo, a sublime inquietação de conhecer e de fazer. É essa inquietação de compreender e de aplicar, que encontrou afinal a sua casa. A casa onde se acolhe toda a nossa sede de saber e toda a nossa sede de melhorar, é a Universidade (TEIXEIRA, 1962, p. 183).

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma forma de reconhecimento àqueles que contribuíram de diferentes maneiras para a realização deste trabalho. Assim, agradeço primeiramente a Deus, pela vida, proteção e amor incondicional “[...]Tu és o meu refúgio e a minha fortaleza, o meu Deus, em quem confio” [...] (Salmo 91: 2).

Ao meu esposo Avelino Neto, pela compreensão e apoio concedido durante esta caminhada e ao nosso filho Arley, minha motivação para prosseguir lutando. A minha sogra Aleni, pelo apoio, que foi determinante para que este trabalho se tornasse possível e pela compreensão e carinho.

Aos meus pais Olavo e Marileide e ao meu irmão Matheus, pelas orações e torcida e à minha irmã Liliane (*in memoriam*), meu anjo protetor e minha inspiração! “[...] É tão estranho, os bons morrem jovens, assim parece ser quando me lembro de você, que acabou

indo embora, cedo demais [...]” (Legião Urbana).

Aos meus familiares e amigos, que sempre me incentivaram e compreenderam as “ausências” decorrentes dos momentos de estudo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcius de Almeida Gomes, pela paciência, apoio, cuidado e por todo aprendizado construído durante este percurso formativo. Aos componentes da banca examinadora, Prof.^a Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva, Prof.^a Dra. Lídia Boaventura Pimenta, Prof. Dr. João Danilo Batista de Oliveira e Prof.^a Dra. Gionara Tauchen, pela disponibilidade e contribuições.

Aos sujeitos da pesquisa, pela participação, confiança e contribuições.

Aos professores, funcionários da secretaria e colegas GESTEC/UNEB e do Grupo de Pesquisa EdUReg, gratidão pelo apoio, incentivo e momentos de partilha de conhecimentos, de descontração e de aprendizado.

À Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) - UNEB e ao SINTEST/UNEB, pelo apoio concedido durante a realização do curso.

Aos colegas e amigos técnicos administrativos, professores, estudantes, pessoal de apoio e vigilância da UNEB - DEDC *Campus* XII, pelo apoio e compreensão durante a realização do curso, gratidão!

RESUMO

PORTO, Angra Santos. **PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM UNIVERSIDADE MULTICAMPI:** dos Marcos Legais às Estratégias Institucionais. 2019. 118 folhas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (MP GESTEC) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação - *Campus* I, Salvador, 2019.

Esta coletânea de artigos é o formato do produto final de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (MP GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o objetivo principal de propor um documento orientador para subsidiar a consolidação do processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O estudo é de natureza aplicada, abordagem qualitativa e está organizado por meio de artigos, que compõem-se de pesquisas bibliográfica, documental e estudo de campo, realizado por meio do preenchimento de formulário online e de entrevistas individuais e semiestruturadas com professores (as) doutores (as) dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da UNEB. A análise deu-se por meio da interlocução entre o aporte teórico, documental e o campo empírico, com etapas em que utilizou-se de ferramentas da pesquisa quantitativa, a exemplo de frequências e percentuais e, para os dados decorrentes das entrevistas adotou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005), que consubstanciou-se em dois discursos coletivos: 1. A Interiorização da Educação Superior e o Papel da UNEB; 2. O Processo de Interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu* pela UNEB e o Território de Identidade Sertão Produtivo. Os (as) professores (as) doutores (as) reconhecem o papel fundamental da UNEB ao possibilitar o acesso à Educação Superior no interior da Bahia, mas apontam a necessidade de investimentos nas condições acadêmicas, gerenciais e de infraestrutura para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, a UNEB tem se apresentado como instituição compromissada com o avanço do processo de interiorização e a modalidade organizacional *multicampi* insere-se como uma estratégia importante no campo das políticas públicas de Educação Superior, embora implique em desafios e dilemas como o efetivo desenvolvimento

das funções de ensino, pesquisa e extensão, a oferta da pós-graduação *stricto sensu* e o modelo de gestão. Portanto, requer o planejamento de estratégias e ações para a construção de uma política institucional de interiorização, assim como o engajamento de professores (as) doutores (as) e o fortalecimento dos grupos de pesquisa para a implantação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu* nos contextos regionais.

Palavras-Chave: Universidade *Multicampi*. Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Interiorização.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 1.....	23
QUADRO 2: RESUMO DO PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	25
QUADRO 3: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> (UNEB)	52
QUADRO 4: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 1.....	71
QUADRO 5: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 2.....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUANTITATIVO DE DOUTORES POR DEPARTAMENTO E CURSO.....	17
TABELA 2: INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO (IAD) 1	19
TABELA 3: INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO (IAD) 2	21
TABELA 4: QUANTITATIVO DE DOCENTES POR TITULAÇÃO (UNEB)	54
TABELA 5 A: QUANTITATIVO DE DOUTORES POR DEPARTAMENTO E CURSO	64
TABELA 6: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ACADÊMICAS, GERENCIAIS E DE INFRAESTRUTURA PARA O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CEP Comitê

de Ética em Pesquisa

CPE Comissão de Planejamento Econômico

DCH Departamento de Ciências Humanas

DCHT Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias DEDC

Departamento de Educação

DSC Discurso o Sujeito Coletivo

FAEG Faculdade de Educação

FFCLC Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité PAP

Plano de Ações Prioritárias

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE Plano Nacional de Educação

PNPG Plano Nacional de Pós-Graduação

TIC Tecnologias da Informação e Comunicação

UNEB Universidade do Estado da Bahia
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PARFOR Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PPGSS Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
PROESP Programa de Formação de Professores do Estado
PNAD Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio RGD
Rede de Gestão Departamental
SEC Secretaria de Educação
SEPLAN Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SIGP Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SIP Sistema Integrado de Planejamento
SNPG Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Apresentação do Trabalho Final.....	14
CAPÍTULO 1	15
PERCURSO METODOLÓGICO	15
Questões Éticas.....	26
CAPÍTULO 2	27
ARTIGO 1: Universidade <i>Multicampi</i> no Contexto das Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil.....	27
ARTIGO 2: Políticas Públicas e Estratégias de Interiorização da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Universidade <i>Multicampi</i> : diálogos e aproximações.....	44
ARTIGO 3: Universidade <i>Multicampi</i> , Território e o Processo de Interiorização da Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i> : desafios e possibilidades	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	92
APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa para Coleta de Dados I.....	96
APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa para Coleta de Dados II.....	93
APÊNDICE C – Documento Orientador.....	93
ANEXOS	114
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	115

As transformações do saber científico na sociedade pós-industrial e cultura pós moderna, foram intensificadas com a revolução tecnológica. Por conseguinte, a ciência torna-se uma área relevante e determinante na disputa produtiva dos estados-nações e o saber assume uma perspectiva de mercadoria informacional, apresentando-se como protagonista nas relações de competição mundial pelo poder (LYOTARD, 1979).

Diante deste panorama, a universidade, historicamente presente no centro dos avanços do conhecimento científico e tecnológico, tem assumido a formação de quadros profissionais de todas as áreas, além da pesquisa e produção de inovações, que repercute na redefinição do seu papel para o desenvolvimento econômico e social (BUARQUE, 2013; SILVA, 2013).

A partir do final do século XX, o processo de reconfiguração da Educação Superior no Brasil tem evidenciado dilemas para as universidades, sobretudo no setor público, ao enfrentar crises hegemônica, em função da demanda pela formação de mão de obra qualificada, de legitimidade, decorrente da democratização do acesso e institucional, diante da pressão para atender às exigências de eficácia e produtividade (SANTOS, 2004).

Outrossim, a forte influência de perspectivas ideológicas da política neoliberal tem colocado as universidades diante de desafios ainda maiores, em virtude das dificuldades para atender a um número maior de estudantes, em frágeis condições para a permanência e a qualidade da formação, produzindo uma conjectura de massificação e de privatização (DOURADO, 2001; SANTOS, 2004).

Além disso, observa-se de maneira efetiva a disseminação do caráter operacional da universidade, numa perspectiva reducionista, que a segmenta entre universidades de pesquisa e universidades de ensino, também chamadas de centros universitários, que priorizam o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão (DOURADO, 2002; DIAS SOBRINHO, 2005; SAVIANI, 2006).

Como fator agravante, o histórico tardio, elitista e centralizado da Educação Superior no Brasil (DOURADO, 2001; ARNO, 2011; RISTOFF, 2011), acentua os índices de desigualdade nas condições de acesso e permanência, que se reproduz no contexto da pós-graduação *stricto sensu*, e é intensificado devido às assimetrias regionais, decorrentes dos desequilíbrios na distribuição de programas, investimentos e ações entre os estados e as instituições (BRASIL, 2010).

O cenário do Sistema Nacional de Pós-Graduação, apresentado no PNPG 2011-2020, relativo ao ano de 2009, demonstrou a existência de 2.719 programas de pós-graduação em atividade, responsáveis por 4.101 cursos, sendo 2.436 de mestrado (59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%). Para estes cursos havia um número

refere a distribuição regional dos programas, há uma concentração de mais de 50% na região sudeste, seguida da região sul, nordeste, centro-oeste e norte, o que demonstra elevada assimetria entre as regiões; além disso, a análise por mesorregiões brasileiras identifica maiores concentrações nas regiões metropolitanas de quase todos os estados, principalmente as litorâneas (BRASIL, 2010) e, embora seja reconhecida a grande expansão ocorrida nos últimos anos, observa-se que ainda existe um percurso longo a ser trilhado para que o País alcance índices educacionais ideais e equânimes. Nesse sentido, considerando a atuação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que ao longo dos seus 35 anos de existência está consolidada como instituição pública, caracterizada pelo diferencial de organização *multicampi*, e que tem possibilitado a interiorização do acesso à Educação Superior no estado, com a oferta de cursos em diversas áreas de conhecimento, com destaque para a formação de professores, este trabalho buscou investigar *de que modo a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem desenvolvido o processo de interiorização da pós-graduação stricto sensu?*

Criada em 1983, atualmente, a UNEB possui 29 departamentos em seus 24 *campi*, situados nos municípios de Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetité, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Conceição do Coité, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Camaçari, Brumado, Ipiaú, Euclides da Cunha, Seabra, Xique-Xique e um *campus* avançado em Canudos, destacando-se como a maior instituição de Educação Superior estadual, pública e *multicampi* do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil (UNEB, 2017).

Ressalta-se que a UNEB encontra-se presente fisicamente em 19, dos 27 Territórios de Identidade da Bahia¹ e esta pesquisa traz um recorte para investigar o processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* da UNEB no Território de Identidade Sertão Produtivo, que destaca-se devido à presença física de três *campi*, o Departamento de Ciências Humanas – DCH *Campus* VI (Caetité), o Departamento de Educação – DEDC *Campus* XII (Guanambi) e o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT *Campus* XX (Brumado), que ofertam cursos de licenciatura e bacharelado e já permitiram a formação de, aproximadamente, seis mil² egressos, principalmente dos cursos de licenciatura, o que indica

¹ Considera-se Território de Identidade, o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010a). ² Informação disponibilizada pelas Secretarias Acadêmicas dos Departamentos pesquisados (2018).

a demanda social e a vivência da expectativa de oferta da pós-graduação *stricto sensu* na região, cujo percurso inicial tem sido historicamente oferecido pela Universidade. Portanto, esta pesquisa fundamenta-se no conceito de multicampia, que não se restringe a descentralização organizacional e dispersão físico-geográfica, mas envolve dimensões acadêmico, organizacional e espacial, que são indissociáveis e interdependentes (Fialho, 2005)

e no conceito de território, na perspectiva de Milton Santos (2012), que envolve todos os atores e aspectos do espaço utilizado pela sociedade, e que deu origem a divisão regional do estado da Bahia, adotada Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a partir de 2010, como forma de possibilitar o desenvolvimento social e sustentável entre as regiões. A pesquisa realizada por Barbosa (2016) reconhece o destaque da UNEB no Território de Identidade Sertão Produtivo e confirma as suas contribuições para a formação inicial de professores nos meios locais, entretanto, reconhece o distanciamento no que se refere à formação continuada, principalmente em nível de mestrado e doutorado. Assim, esta pesquisa parte da concepção de Anísio Teixeira, que defendia a pós graduação como estratégia fundamental para a renovação e reconstrução da universidade brasileira (TEIXEIRA, 1989). De acordo com Machado (2007), inspirado nessa concepção, o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-1975) preconizava a necessidade de superação das diferenças regionais da pós-graduação no País, entretanto, após mais de quarenta anos, a interiorização ainda apresenta-se como uma meta a ser alcançada.

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020), que passou a integrar o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), propõe metas e estratégias para a redução das assimetrias regionais na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, e, em consonância com esta perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNEB 2017-2022), estabelece também metas e agrega entre os princípios e objetivos institucionais a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

Ressalta-se que somente em 1995, a UNEB foi credenciada para oferecer programas de pós-graduação e tem apresentado um avanço considerável nos últimos dez anos, sendo que nos últimos dois anos, observa-se o crescimento do processo de interiorização.

Cumprir lembrar que o Território de Identidade Sertão Produtivo representa a região de origem do grande educador Anísio Teixeira, precursor e defensor da educação pública no Brasil. Nesse sentido, as ações para o desenvolvimento educacional do território, inclusive a oferta da pós-graduação *stricto sensu* é uma forma de reafirmar sua história e consolidar sua luta em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis formativos.

13

Nesse sentido, considerando a inserção da UNEB no território e a multicampia como estratégia para amenizar as disparidades regionais da Educação Superior, bem como a perspectiva de inserção social e interventiva da pós-graduação na modalidade profissional, esta pesquisa teve como objetivo principal, *propor um documento orientador para subsidiar a consolidação do processo de interiorização da pós-graduação stricto sensu da UNEB* (Apêndice C).

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: *1. Discutir as especificidades da modalidade organizacional multicampi e suas implicações no processo de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior, tomando como referência a*

UNEB; 2. Situar o processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, no contexto das políticas públicas e institucionais, (Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024; Plano Estadual de Educação da Bahia 2016-2026; Plano Nacional de Pesquisa e Pós Graduação PNPG 2011-2020; Plano de Desenvolvimento Institucional PDI UNEB 2017-2022), identificando as estratégias adotadas pela UNEB; 3. Reconhecer o potencial da UNEB no Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia, investigando os desafios e as possibilidades que se abrem para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* na região. Importante registrar que a definição do objeto e do campo de estudo deu-se de forma intencional, devido a experiência profissional e formativa como servidora do quadro técnico administrativo e egressa do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB - DEDC – *Campus XII*. Além disso, a condição de mulher, da classe popular, oriunda de uma comunidade rural, que teve a oportunidade de realizar a formação inicial em um município do interior; cuja possibilidade de realizar a pós-graduação *stricto sensu*, após quase dez anos de conclusão da graduação, requer o deslocamento para a capital do estado, permitiu reflexões e sobretudo, instigou o desejo pela realização do estudo.

Portanto, o percurso teórico e metodológico da pesquisa constituiu-se a partir das especificidades do contexto investigado, dos estudos realizados sobre o tema, das discussões e iniciativas que vem sendo desenvolvidas pela UNEB nos últimos anos, a fim de fomentar ainda mais o debate e reconhecer as políticas e práticas da Universidade, bem como os desafios e potencialidades dos Departamentos do Território de Identidade Sertão Produtivo para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

14

Apresentação do Trabalho Final

Esta pesquisa atende aos princípios que norteiam a construção da pesquisa científica da pós-graduação profissional, cuja regulamentação³ estabelece como modalidade de formação *stricto sensu* que possibilita a capacitação de pessoal para a prática profissional e atualização permanente dos avanços da ciência e da tecnologia, baseada na pesquisa aplicada, na proposição de inovações e na busca de solução para problemas específicos.

Com base no Art. 44, do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que dispõe sobre os formatos dos Trabalhos de Conclusão Final de Curso (TCFC), esta pesquisa está estruturada da seguinte maneira:

Introdução: apresenta o contexto, a questão problema, a justificativa, os objetivos e o formato de apresentação do trabalho final.

Em seguida, são apresentados os capítulos, assim organizados:

Capítulo 1: Percurso Metodológico - aborda a natureza da pesquisa, abordagem, desenho de estudo, procedimentos de acesso à informações, procedimentos de análise e

questões éticas.

Capítulo 2: Resultados – este capítulo é composto pelos artigos decorrentes do processo investigativo, assim organizados:

- *Artigo 1: Universidade Multicampi no Contexto das Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil.*
- *Artigo 2: Políticas Públicas e Estratégias de Interiorização da Pós-Graduação Stricto Sensu em Universidade Multicampi: diálogos e aproximações.*
- *Artigo 3: Universidade Multicampi, Território e o Processo de Interiorização da Pós-Graduação Stricto Sensu: desafios e possibilidades.*

Considerações Finais: traz os apontamentos e as reflexões sobre o estudo.

³ Portaria Normativa MEC Nº- 17, de 28 de dezembro de 2009, revogada pela Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017.

CAPÍTULO 1

PERCURSO METODOLÓGICO

O conhecimento científico vivencia um momento de mudança paradigmática, no qual a ciência moderna, baseada no referencial cartesiano, não se sustenta perante as contradições e incertezas da sociedade contemporânea, que sinalizam para uma nova perspectiva (BAUMGARTEN, 2006; BEHRENS e OLIARI, 2007). Desta maneira, a coerência na fundamentação teórica e metodológica da pesquisa é fundamental, em função das diferentes correntes epistemológicas que constituem a trajetória do conhecimento científico no contexto das ciências naturais e humanas (SANTOS FILHO E GAMBOA, 2002; CHIZZOTTI, 2005; CRESWELL, 2010; GOLDENBERG, 2011; TRIVIÑOS, 2012).

Para Gil (2008), o desenvolvimento de uma pesquisa decorre de interesses de ordem intelectual e prática, no entanto, o autor considera inadequada a percepção que as caracteriza exclusivamente como “pura” e “aplicada”, respectivamente, tendo em vista que a ciência tem por finalidade, tanto a construção de conhecimentos, quanto as contribuições práticas que estes podem proporcionar. Nesse sentido,

Se para alguns a pesquisa objetiva a geração de conhecimentos novos, gerais, organizados, válidos e transmissíveis, para outros ela busca o questionamento sistemático, crítico e criativo. Se alguns centram sua atenção no processo de desenvolvimento da pesquisa e no tipo de conhecimento que está sendo gerado, outros se preocupam mais com os achados das pesquisas, sua aplicabilidade ou seu impacto social (ANDRÉ, 2007, p. 123).

Observa-se diferenças de natureza da pesquisa, que não implica em hierarquização de importância e relevância entre ambas, mas aponta possibilidades advindas do trato com o conhecimento científico, devido as características da modalidade profissional, que requer a utilização da pesquisa voltada para a aplicação prática, em função da relação que se estabelece com o contexto profissional do pesquisador (FIALHO E HETKOWSKY, 2017).

Desta forma, o presente estudo coaduna-se com a pesquisa de natureza aplicada e utiliza-se da abordagem qualitativa, por entendê-la como estratégia mais adequada para responder a questão problema estudada. A pesquisa qualitativa envolve diferentes perspectivas para lidar com a realidade, num processo de relação dinâmica, interdependente e indissociável entre sujeito e objeto, imbuídos num contexto de significado (GATTI, 2002; CHIZZOTTI, 2005; GOLDENBERG, 2011; TRIVIÑOS, 2012; CRESWELL, 2010),

Assim, não há uma exigência rigorosa de seguir uma perspectiva paradigmática ou uma concepção específica, uma vez que se caracteriza pela flexibilidade e pelas diferentes

16

possibilidades criativas de condução pelo pesquisador, com vistas a definir estratégias de ações adequadas ao problema investigado (CHIZZOTTI, 2005; CRESWELL, 2010). Nessa perspectiva, a definição dos instrumentos, técnicas ou estratégias para coleta, análise e interpretação dos dados observou a peculiaridade da flexibilidade das pesquisas qualitativas, considerando as possibilidades criativas e coerentes com os objetivos do trabalho (CHIZZOTTI, 2005; CRESWELL, 2010; TRIVIÑOS, 2012).

De acordo com Gatti (2002, p. 53), ao se tratar do método não importa a definição de uma rotina de passos e etapas, semelhante a uma receita, mas a “vivência de um problema, com pertinência e consistência em termos de perspectivas e metas”. Nesta perspectiva e com base nos objetivos específicos definidos, realizou-se pesquisas bibliográfica, documental e o estudo de campo, organizada por etapas, que constituíram a coletânea de artigos.

O primeiro artigo apresenta um estudo bibliográfico, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, que visa a aproximação do objeto de estudo e o aprofundamento teórico, a fim de compreender o contexto da Educação Superior no Brasil, identificando especificidades e as implicações da *multicampia* no processo de interiorização e democratização do acesso, tomando como referência a UNEB.

De acordo com Triviños (2012, p. 99), “a revisão de literatura permitirá familiarizar se,

em profundidade, com o assunto que lhe interessa”. Assim, para a coleta de dados, foram utilizados livros adquiridos e consultados por meio do acesso à biblioteca convencional, artigos publicados periódicos e disponibilizados em bases de dados e sistemas de busca confiáveis, como periódicos Capes e *Scielo* e a análise deu-se por meio da interlocução entre o aporte teórico e o contexto empírico da UNEB.

O segundo artigo traz uma pesquisa documental, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, construído com o objetivo de situar a pós-graduação *stricto sensu* no contexto das políticas públicas educacionais e institucionais (Plano Nacional de Pós-Graduação PNPG 2011-2020; Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024; Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE BA 2016-2026; Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI UNEB 2017-2022), identificando estratégias da UNEB para viabilizar o processo de interiorização.

O terceiro artigo apresenta um estudo de campo, realizado em duas etapas, a primeira buscou diagnosticar o perfil e a percepção de docentes doutores (as) do quadro permanente da UNEB, que atuam nos cursos de graduação (Licenciatura e Bacharelado), no Território de Identidade Sertão Produtivo, acerca das condições acadêmicas, gerenciais e de infraestrutura para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

17

Nesta etapa, foi utilizado um formulário online, composto por 20 questões fechadas (Apêndice A), elaborado tanto com base nas exigências da CAPES, como nas possibilidades estratégicas da instituição para implementação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu* (Figura 1). O referido formulário foi encaminhado por e-mail para 42 (quarenta e dois) docentes doutores (as), lotados no Departamento de Ciências Humanas – DCH *Campus* VI (Caetitê), Departamento de Educação – DEDC *Campus* XII (Guanambi) e no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT *Campus* XX (Brumado) (Tabela 1), sendo que destes, 22 (vinte e dois) responderam.

Figura 1 - Dimensões para Implantação de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*



Fonte: Os autores

Tabela 1: Quantitativo de Doutores por Departamento e Curso
Nº DE
DOUTORES

DEPARTAMENTO CURSO

DEDC CAMPUS XII PEDAGOGIA (MATUTINO E NOTURNO) 5 DEDC CAMPUS XII
 EDUCAÇÃO FÍSICA 3 DEDC CAMPUS XII ENFERMAGEM 4 DEDC CAMPUS XII
 ADMINISTRAÇÃO 0

DCH CAMPUS VI GEOGRAFIA 5 DCH CAMPUS VI HISTÓRIA 5 DCH CAMPUS VI
 LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA) 7 DCH CAMPUS VI
 MATEMÁTICA 1 DCH CAMPUS VI CIÊNCIAS BIOLÓGICAS 3

DCHT CAMPUS XX LETRAS 6 DCHT CAMPUS XX DIREITO 3 TOTAL 42

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP/UNEB - 2018)

Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas individuais e semiestruturadas. Assim, dentre os 22 (vinte e dois) docentes doutores que responderam ao formulário online, 11 (onze) foram selecionados e convidados para participar da entrevista, considerando os seguintes critérios: a garantia de ao menos um professor por curso de graduação (Licenciatura e Bacharelado); experiência com gestão e tempo de atuação na UNEB.

O roteiro foi flexível, composto de 06 (seis) questões abertas (Apêndice B), definidas com o propósito de instigar o discurso dos docentes a respeito do processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* da UNEB na região. As mesmas foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora.

Para a produção de informações complementares, foram realizados acessos a base de dados (Plataforma *Lattes*, Diretórios de Grupos de Pesquisa). Ademais, as informações provenientes de documentos oficiais não publicados, foram solicitadas por meio de memorando aos setores competentes da UNEB, portanto, sem acesso direto da pesquisadora nas fontes.

Para análise dos dados da primeira etapa, foram utilizados instrumentos e ferramentas

da pesquisa quantitativa, a exemplo de frequências e percentuais. Enquanto os dados da segunda etapa, foram analisados por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em uma forma não positivista de produção de pesquisa empírica, numa perspectiva de pensamento coletivo a partir da geração empírica de depoimentos com o metadiscurso teórico/interpretativo do pesquisador (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Pela via metadiscursiva, ele não é mais um *discurso da realidade* e sim um conjunto de respostas ou estratos de respostas discursivas individuais justapostas que, sob a forma de ilustrações, se articulam a um discurso teórico, gerado fora do espaço de depoimentos, como discurso sobre a realidade, cujo emissor é um pesquisador que protegido pelo escudo da impessoalidade retórica da terceira pessoa do singular ou da primeira pessoa do plural majestático, acrescido do expediente das citações, se auto institui como “voz da ciência” ou encarnação da teoria ou da “explicação” da realidade [...] o pensamento coletivo equivale a sua *explicação* ou *interpretação* (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 15, grifo do autor).

Para os autores, o pensamento coletivo “está mais validamente presente no indivíduo que no grupo, uma vez que o pensamento coletivo é a presença, internalizada no pensar de cada um dos membros da coletividade, de esquemas sociocognitivos ou de pensamento socialmente compartilhado” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 20).

Assim, os autores supracitados defendem que a obtenção do pensamento coletivo requer a utilização de técnicas individuais de coleta, a partir de uma amostra representativa da coletividade, para que os indivíduos apresentem o pensamento social internalizado, sem

19

influência da pressão psicossocial do grupo, de modo que o conjunto de opiniões individuais possam representar sociológico e estatisticamente, a coletividade.

“De fato, nas pesquisas com o DSC, o pensamento é coletado por entrevistas individuais com questões abertas, o que faz com que o pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 21).

Para os autores, a produção dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) é um processo complexo de análise de dados qualitativos, coletados verbalmente, por meio de depoimentos, a partir dos quais são extraídas as *Expressões-Chave (E-Ch)*, ou seja, excertos ou transcrições que demonstram a essência do conteúdo do discurso; as *Ideias Centrais (ICs)*, que corresponde a uma expressão que resume o sentido de cada discurso e as *Ancoragens (ACs)*, que são as ideias, teorias, concepções e/ou noções mais amplas contidas nos discursos, para então produzir um ou vários discursos-síntese, que compõem os Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs).

Conforme Lefèvre; Lefèvre (2005, p. 23), “um DSC busca descrever e expressar uma determinada opinião ou posicionamento sobre um dado tema presente numa dada formação sociocultural”. Deste modo, a utilização desta técnica de análise dos dados foi motivada pelo

interesse em trazer o pensamento coletivo, internalizado nos discursos dos docentes doutores dos departamentos da UNEB na região estudada.

A organização dos discursos foi feita, inicialmente, por meio de uma tabela, denominada “Instrumento de Análise de Discurso 1” (Tabela 2), com três colunas, com as respectivas informações, Expressões-Chave (ECH), Ideias Centrais (IC) e Ancoragem (AC).

Em seguida, foram transcritas as respostas de cada questão de todos os docentes entrevistados na primeira coluna e, posteriormente, foram destacadas as Expressões-Chave, com a atribuição de cores distintas para cada Ideia Central identificada no conteúdo das ECH, agrupadas pela definição de letras, A, B e C, que depois receberam uma denominação específica, além da identificação das ancoragens (sublinhadas).

Tabela 2: Instrumento de Análise de Discurso (IAD) 1

Expressões-chave (ECH) Ideias Centrais (IC) Ancoragens (AC) P. 1:

Eu acredito que a UNEB ramificou e ampliou seus campi, principalmente por <u>interesses políticos</u> e num outro ponto de vista, porque ela tem uma característica muito voltada pra graduação e para o ensino. Mas a	partir de um certo momento e com as exigências e com as demandas fora do estado da Bahia, no Brasil ou mundialmente falando, a UNEB começou a tomar outros caminhos necessários, que foi a pesquisa e a extensão. Acho que os cursos de	licenciatura da UNEB são numerosos A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PAPEL DA UNEB (A) Interesses Políticos
--	---	---

20

ainda e nos últimos tempos a gente ver exatamente uma inversão da necessidade da sociedade para os cursos de bacharelado. Em termos de pesquisa, nós crescemos muito, mesmo que a gente fale que ainda é pouco, se a gente comparar, a partir do ano de 2003, 2004, começou a ter mais interesse, uma busca maior e ainda ocorre isso, dos professores correrem para o seu aperfeiçoamento. Uma das coisas essenciais que a UNEB desenvolveu, a partir do ano de 2007, 2008, foi a questão dos editais de fomento. Aí nós tivemos o PROLEM, nós tivemos o

PROLAB, para o laboratórios de graduação e nós tivemos o PROFORTE, que foi para a dinamização dos projetos de pesquisa do interior. Fora os editais de publicação, como a editora EDUNEB da UNEB, que começou a ter um avanço maior. Só que o único problema desses editais é que eles não tem uma periodicidade certa. Eu vejo que ultimamente, essa interiorização ela está mais forte, porque muitos dos meus colegas também estão saindo pra fazer o curso de especialização lá fora, visto que a gente não tem ainda, essa especialização stricto sensu no interior. A gente já tem especializações em áreas diferentes, então enquanto o mestrado não chega, nós estamos oferecendo as especializações também.

A UNEB vai muito inicialmente para o ensino. Uma outra questão, muitos professores nossos tem o pé na Educação Básica ainda, então a gente acaba não tendo tempo para pesquisa. Por isso é convidativo para os doutores ir para os grandes centros, porque eles ficam com uma carga horária maior para a realização das pesquisas, porque encontram os grupos de pesquisa funcionando, encontra os laboratórios. Nos campi do interior, nós ainda não temos essa questão. A gente ainda não conseguiu fazer, estruturar, resolver essa cultura institucional, a gente não consegue deslanchar para os grupos de pesquisa, para esse trabalho de

ordem mais coletiva, cada um faz o seu trabalho, faz muito bem, nós temos aqui boas produções, muita gente já publicando em periódico, mas a gente não tem essa vivência coletiva, então acho que esse é o problema que a gente precisa enfrentar. Eu acredito que a UNEB ainda não tem cumprido esse papel de interiorizar a Educação Superior, ela fica mais restrita para o ensino. Eu não quero culpar só a UNEB, eu acho que é um conjunto de questões.

A UNEB é pioneira. Eu acho que a UNEB é a instituição mais significativa no sentido da interiorização no Brasil, a gente pensar que são 24 campi espalhados pelo território da Bahia, que é um território imenso e a gente vê que essa graduação, de certa forma, modificou o ensino nas regiões, não só o Ensino Superior, ela reflete também esse processo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A grande marca da UNEB é justamente esse campo de atuação, ir ao interior, buscar levar um ensino superior de qualidade para as comunidades carentes das regiões da Bahia. A UNEB por ser Multicampi, ela tem seus problemas normais do professor não morar geralmente no local de trabalho, mas isso não inviabiliza a importância que ela tem.

Eu vejo a UNEB como um diferencial na Bahia, não tem outra instituição que interioriza tanto quanto a

UNEB. Acho que deveria ser vista com outros olhos pelos políticos. A gente ver a importância em uma colação de grau quando a gente ver o primeiro daquela família que está fazendo um curso de graduação, então assim, é motivante, deixa a gente feliz, a gente **transformar esse cidadão, em trazer novas perspectivas pra essa pessoa**. A UNEB tem um papel importantíssimo no estado e no País.

Eu sempre digo que se a UNEB não tivesse chegado nas diversas regiões, sobretudo no interior do estado da Bahia, muitos dos

Programas de Incentivo

Transformar o cidadão
Novas
perspectivas

Cultura
Institucional

Vivência Coletiva

21

filhos da **classe trabalhadora** não teriam acessado o Ensino Superior. Então esse trabalho, essa **política de interiorização da UNEB** eu vejo como possibilidade de acesso de muitos que não tem ou não teriam condição de ir para as capitais **acessar o Ensino Superior**, então eu acho que a UNEB tem esse papel de ir até os diversos espaços onde a classe popular, que mais precisa do Ensino Superior está. Eu acho que não tem a interiorização da pós-graduação, o que a gente tem é que a pós-graduação está concentrada em Salvador, no campus I e nos departamentos do entorno de Salvador, então assim, a gente tem os Departamentos que ficam mais distantes, principalmente a região sudoeste, o semiárido, a região oeste, a gente não tem cursos de pós-graduação stricto sensu. A UNEB, o campus aqui ele foi dando oportunidade de muitos professores de se tornarem doutores, inclusive com o investimento da própria universidade, porque liberando pra pessoa sair pra se qualificar, mas depois que eles se qualificam eles não querem ficar no interior, o que enfraquece e dificulta a gente consolidar um corpo docente de doutores pra poder submeter um projeto à CAPES solicitando a pós-graduação. A UNEB tem tradição mais de ensino, de cursos de licenciatura, de graduação, mas a pós graduação e a interiorização da pós-graduação, ela precisa acontecer. Eu percebo que a interiorização da pós-graduação tem avançado nos últimos anos, existe assim mesmo uma vontade e também existem ações afirmativas nesse sentido, tanto de criar cursos no interior, cursos de Stricto Sensu, a busca por convênios, que a UNEB tem feito, há um claro movimento em direção a capacitar o docente, principalmente o docente do interior que não têm acesso fácil aos cursos de Mestrado e doutorado porque são concentrados nas capitais, não só de Salvador, mas nas grandes capitais.

A UNEB, ela aceitou fazer uma coisa que eu não sei se ela tinha dimensão disso, se eles imaginavam a importância para além da região metropolitana, se não houvesse essa **intervenção intencional do estado**, muitas pessoas com capacidades interessantes, com desejos positivos, nunca teriam acesso a Universidade. É cumprir o papel do estado, o papel do estado é chegar aonde tem cidadão e a UNEB é a única instituição que eu conheço que fez isso de verdade, essa Universidade ela tem um papel de desbravador da disseminação da informação, principalmente da **formação docente, fora do eixo de dominação do capital na Bahia**.

Fonte: Os autores

PRODUTIVO (B)
Classe
trabalhadora

Política de
Interiorização

Acesso ao Ensino Superior

A
INTERIORIZAÇÃO DA PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PELA UNEB NO TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE

Intervenção
Intencional do estado

Formação docente Eixo de
dominação do capital

SERTÃO

Logo após, as expressões-chave dos diferentes discursos foram reunidas, agrupadas, copiadas e inseridas na coluna das expressões-chave do Instrumento de Análise do Discurso (IAD) 2 (Tabela 3), produzindo um ou mais discursos sínteses, ou seja, os Discursos do Sujeito Coletivo.

Tabela 3: Instrumento de Análise de Discurso (IAD) 2

Expressões-chave (ECH) Discurso do Sujeito Coletivo 1

- ✓ A UNEB é pioneira. Eu acho que a UNEB é a instituição mais significativa no sentido da interiorização na Bahia, a gente pensar que são 24 campi espalhados pelo território da Bahia, que é um território imenso e a gente vê que essa graduação, de certa forma, modificou o ensino nas regiões, não só o Ensino Superior, ela reflete também esse processo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- ✓ A UNEB é pioneira na Bahia e se apresenta como uma das instituições mais significativas no sentido de acesso ao Ensino Superior. Então esse trabalho, essa política de interiorização da UNEB eu vejo como possibilidade de acesso de muitos que não tem ou não teriam condição de ir para as capitais acessar o Ensino Superior.
- ✓ Essa Universidade ela tem um papel de desbravador da disseminação da informação, principalmente da formação docente, fora do eixo de dominação do capital na Bahia
- ✓ Eu acho que não tem a interiorização da pós graduação, o que a gente tem é que a pós-graduação está concentrada em Salvador, no campus I e nos departamentos do entorno de Salvador, então assim, a gente tem os Departamentos que ficam mais distantes, principalmente a região sudoeste, o semiárido, a região oeste, a gente não tem cursos de pós-graduação stricto sensu.
- ✓ A UNEB desde quando ela foi estruturada na forma Multicampi, ela dentro do tripé da educação ela priorizou ensino, então ela expandiu ensino e mal, mal, os campus conseguiam fazer um pouco de extensão e ensino, até então a gente não tinha política para pesquisa.
- ✓ Eu acredito que a UNEB ramificou e ampliou seus campi, principalmente por interesses políticos e num outro ponto de vista, porque ela tem uma

característica muito voltada pra graduação e para o ensino. Mas a partir de um certo momento e com as exigências e com as demandas fora do Estado da Bahia, no Brasil ou mundialmente falando, a UNEB começou a tomar outros caminhos necessários, que foi a pesquisa e a extensão.

- ✓ A gente tem pesquisadores, o professor faz a pesquisa, o professor tem o produto de sua pesquisa, porém individualizado e pra você sustentar um grupo forte, pra você chegar num nível stricto sensu, mestrado e doutorado, você tem que ter um grupo forte trabalhando junto. Então eu vejo assim, o que a UNEB hoje ela tem, primeiro pela carência de professores, a gente não tem uma quantidade de professores suficiente, então todos os professores são sobrecarregados com a carga horária máxima ou mais que a máxima pra cumprir o semestre, então você acaba se abarrotando ali no ensino, ensino, ensino e a pesquisa vai ficando sem direção, a gente sem o incentivo, você acaba deixando de lado, então eu acho que a universidade deveria buscar uma forma de incentivar a estes professores pesquisadores a ter um acesso maior a pesquisa, mas como ele vai pesquisar? Como é que ele vai se dedicar, se ele não tem o tempo? O tempo dele é todo absorvido com as atividades da própria instituição.

22

da interiorização da Educação Superior no Brasil. São 24 campi espalhados pelo território baiano, que é imenso e a gente vê que a oferta de cursos de graduação modificou o ensino nas regiões, não só o Ensino Superior, ela reflete também esse processo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Se a UNEB não tivesse chegado nas diversas regiões, sobretudo no interior do estado da Bahia, muitos dos filhos da *classe trabalhadora* não teriam acesso ao Ensino Superior. Então esse trabalho, essa *política de interiorização da UNEB* é uma possibilidade de acesso a muitos que não tem ou não teriam condição de ir para as capitais, portanto, essa Universidade tem um papel desbravador na disseminação da informação, principalmente da *formação docente, fora do eixo de dominação do capital na Bahia*.

No que se refere a pós-graduação *stricto sensu*, existe uma maior concentração em Salvador, no campus I e nos departamentos do entorno de Salvador, então assim, a gente tem os Departamentos que ficam mais distantes, principalmente a região sudoeste, o semiárido, a região oeste, a gente não tem cursos de pós graduação *stricto sensu*.

A estruturação da UNEB no modelo *multicampi*, dentro do tripé da educação priorizou o ensino. O crescimento da UNEB deu-se, principalmente, por interesses políticos, mas num outro ponto de vista, porque ela tem essa característica muito voltada para a graduação e para o ensino. Mas, a partir de um certo momento, com as exigências e demandas sociais a nível mundial, a UNEB começou a tomar outros caminhos necessários, que foi a pesquisa e a extensão.

Uma questão enfrentada pelos campi do interior

consiste na dificuldade em sustentar um grupo forte de doutores, para chegar a um nível de mestrado e doutorado, pois as pesquisas ainda são muito individualizadas. Outra questão é a carência de professores, que provoca uma sobrecarga na carga horária de ensino dos docentes, o que implica na falta de tempo para a pesquisa.

Acho que a universidade deveria buscar uma forma de incentivar a estes professores pesquisadores a ter um acesso maior a pesquisa, mas como ele vai pesquisar? Como é que ele vai se dedicar, se ele não tem o tempo? O tempo dele é todo absorvido com as atividades de ensino da própria instituição.

Por isso é convidativo para os doutores ir para os grandes centros, porque eles ficam com uma carga horária maior para a realização das pesquisas, porque encontram os grupos de pesquisa funcionando, encontra os laboratórios. Nos campi do interior, nós ainda não temos essa questão. A gente ainda não conseguiu fazer, estruturar, resolver essa *cultura institucional*, a gente não consegue deslanchar para os grupos de pesquisa, para esse trabalho de ordem mais coletiva, cada um faz o seu trabalho. faz muito bem, nós temos

- ✓ Por isso é convidativo para os doutores ir para os grandes centros, porque eles ficam com uma carga horária maior para a realização das pesquisas, porque encontram os grupos de pesquisa funcionando, encontra os laboratórios. Nos campi do interior, nós ainda não temos essa questão. A gente ainda não conseguiu fazer, estruturar, resolver essa *cultura institucional*, a gente não consegue deslanchar para os grupos de pesquisa, para esse trabalho de ordem mais coletiva, cada um faz o seu trabalho, faz muito bem, nós temos aqui boas produções, muita gente já publicando em periódico, mas a gente não tem essa *vivência coletiva*, então acho que esse é o problema que a gente precisa enfrentar.
- ✓ A UNEB tem tradição mais de ensino, de cursos de licenciatura, de graduação, mas a pós-graduação e a interiorização da pós-graduação, ela precisa acontecer.
- ✓ Em termos de pesquisa, nós crescemos muito, mesmo que a gente fale que ainda é pouco, se a gente comparar, a partir do ano de 2003, 2004, começou a ter mais interesse, uma busca maior e ainda ocorre isso, dos professores correrem para o seu aperfeiçoamento. Uma das coisas essenciais que a UNEB desenvolveu, a partir do ano de 2007, 2008, foi a questão dos editais de fomento. Aí nós tivemos o PROLEM, nós tivemos o PROLAB, para o laboratórios de graduação e nós tivemos o PROFORTE, que foi para a dinamização dos projetos de pesquisa do interior. Fora os editais de publicação, como a editora EDUNEB da UNEB, que começou a ter um avanço maior. Só que o único problema desses editais é que eles não tem uma periodicidade certa.
- ✓ Eu percebo que a interiorização da pós-graduação tem avançado nos últimos anos, existe assim mesmo uma vontade e também existem ações

afirmativas nesse sentido, tanto de criar cursos no interior, cursos de *Stricto Sensu*, a busca por convênios, que a UNEB tem feito, há um claro movimento em direção a capacitar o docente, principalmente o docente do interior que não têm acesso fácil aos cursos de Mestrado e doutorado porque são concentrados nas capitais, não só de Salvador, mas nas grandes capitais.

Fonte: Os autores

23

aqui boas produções, muita gente já publicando em periódico, mas a gente não tem essa ***vivência coletiva***, então acho que esse é o problema que a gente precisa enfrentar.

A UNEB tem tradição mais de ensino, de cursos de licenciatura, de graduação, mas a pós graduação e a interiorização da pós-graduação, ela precisa acontecer. Entretanto, é importante ressaltar que em termos de pesquisa a UNEB cresceu muito nos últimos anos, se a gente comparar, a partir do ano de 2003, 2004, começou a ter mais interesse, uma busca maior e ainda ocorre isso, dos professores

buscando aperfeiçoamento. Uma das coisas essenciais que a UNEB desenvolveu, a partir do ano de 2007, 2008, foi a questão dos editais de fomento. O

PROLEM, o PROLAB, para os laboratórios de graduação e o PROFORTE, que foi para a dinamização dos projetos de pesquisa do interior. Além dos editais de publicação, como a editora EDUNEB da UNEB, que começou a ter um avanço maior. Só que o único problema desses editais é que eles não tem uma periodicidade certa.

A interiorização da pós-graduação tem avançado nos últimos anos, existe assim mesmo uma vontade e também existem ações afirmativas nesse sentido, tanto de criar cursos no interior, cursos de *stricto sensu*, a busca por convênios, que a UNEB tem feito, há um claro movimento em direção a capacitar o docente, principalmente o docente do interior que não têm acesso fácil aos cursos de mestrado e doutorado porque são concentrados nas capitais, não só de Salvador, mas nas grandes capitais.

Para a construção dos discursos, as expressões-chave foram ordenadas e utilizou-se de conectivos para produzir discursos coesos, com ideias sequenciadas. Desta forma, os resultados da análise estão apresentados em quadros-síntese (Quadro 1), compostos pelas Ideias Centrais e seus respectivos DSCs (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Quadro 1: Discurso do Sujeito Coletivo 1

DSC 1: A interiorização da Educação Superior e o Papel da UNEB

A UNEB é pioneira na Bahia e se apresenta como uma das instituições mais significativas no sentido da interiorização da Educação Superior no Brasil. São 24 campi espalhados pelo território baiano, que é imenso e a gente vê que a oferta de cursos de graduação modificou o ensino nas regiões, não só o Ensino Superior, ela reflete também esse processo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Se a UNEB não tivesse chegado nas diversas regiões, sobretudo no interior do estado da Bahia, muitos dos filhos da *classe trabalhadora* não teriam acesso ao Ensino Superior. Então esse trabalho, essa *política de interiorização da UNEB* é uma possibilidade de

acesso a muitos que não tem ou não teriam condição de ir para as capitais, portanto, essa Universidade tem um papel desbravador na disseminação da informação, principalmente da *formação docente, fora do eixo de dominação do capital na Bahia*. A estruturação da UNEB no modelo *multicampi*, dentro do tripé da educação priorizou o ensino. O crescimento da UNEB deu-se, principalmente, por interesses políticos, mas num outro ponto de vista, porque ela tem essa característica muito voltada para a graduação e para o ensino. Mas, a partir de um certo momento, com as exigências e demandas sociais a nível mundial, a UNEB começou a tomar outros caminhos necessários, que foi a pesquisa e a extensão. No que se refere a pós-graduação *stricto sensu*, existe uma maior concentração em Salvador, no campus I e nos departamentos do entorno de Salvador, então assim, a gente tem os Departamentos que ficam mais distantes, principalmente a região sudoeste, o semiárido, a região oeste, a gente não tem cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Uma questão enfrentada pelos campi do interior consiste na dificuldade em sustentar um grupo forte de doutores, para chegar a um nível de mestrado e doutorado, pois as pesquisas ainda são muito individualizadas. Outra questão é a carência de professores, que provoca uma sobrecarga na carga horária de ensino dos docentes, o que implica na falta de tempo para a pesquisa. Acho que a universidade deveria buscar uma forma de incentivar a estes professores pesquisadores a ter um acesso maior a pesquisa, mas como ele vai pesquisar? Como é que ele vai se dedicar, se ele não tem o tempo? O tempo dele é todo absorvido com as atividades de ensino da própria instituição. Por isso é convidativo para os doutores ir para os grandes centros, porque eles ficam com uma carga horária maior para a realização das pesquisas, porque encontram os grupos de pesquisa funcionando, encontra os laboratórios. Nos campi do interior, nós ainda não temos essa questão. A gente ainda não conseguiu fazer, estruturar, resolver essa *cultura institucional*, a gente não consegue deslanchar para os grupos de pesquisa, para esse trabalho de ordem mais coletiva, cada um faz o seu trabalho, faz muito bem, nós temos aqui boas produções, muita gente já publicando em periódico, mas a gente não tem essa *vivência coletiva*, então acho que esse é o problema que a gente precisa enfrentar. A UNEB tem tradição mais de ensino, de cursos de licenciatura, de graduação, mas a pós-graduação e a interiorização da pós-graduação, ela precisa acontecer. Entretanto, é importante ressaltar que em termos de pesquisa a UNEB cresceu muito nos últimos anos, se a gente comparar, a partir do ano de 2003, 2004, começou a ter mais interesse, uma busca maior e ainda ocorre isso, dos professores buscando aperfeiçoamento. Uma das coisas essenciais que a UNEB desenvolveu, a partir do ano de 2007, 2008, foi a questão dos editais de fomento. O PROLEM, o PROLAB, para os laboratórios de graduação e o PROFORTE, que foi para a dinamização dos projetos de pesquisa do interior. Além dos editais de publicação, como a editora EDUNEB da UNEB, que começou a ter um avanço maior. Só que o único problema desses editais é que eles não tem uma periodicidade certa. A interiorização da pós-graduação tem avançado nos últimos anos, existe assim mesmo uma vontade e também existem ações afirmativas nesse sentido, tanto de criar cursos no interior, cursos de *stricto sensu*, a busca por convênios, que a UNEB tem feito, há um claro movimento em direção a capacitar o docente, principalmente o docente do interior que não têm acesso fácil aos cursos de mestrado e doutorado porque são concentrados nas capitais, não só de Salvador, mas nas grandes capitais.

Fonte: Os autores

Com base nesta organização procedeu-se a análise e discussão dos resultados, fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. Portanto, o percurso metodológico da pesquisa foi se construindo no decorrer do processo investigativo e está organizado em coerência com o formato de apresentação (por artigos), a fim de situar melhor cada etapa do estudo. Desse modo, o Quadro 2 apresenta uma síntese das escolhas quanto aos objetivos do estudo e o método escolhido.

25

Quadro 2: Resumo do Percurso Metodológico da Pesquisa

TEMA
Interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> em universidade <i>multicampi</i> .
PROBLEMA
De que modo a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem desenvolvido o processo de interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> ?

OBJETIVO GERAL		
Propor um documento orientador para subsidiar a consolidação do processo de interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Discutir as especificidades da modalidade organizacional <i>multicampi</i> e suas implicações no processo de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior, tomando como referência a UNEB.	Situar o processo de interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> do Brasil, no contexto das políticas públicas, (Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024; Plano Estadual de Educação da Bahia 2016-2026; Plano Nacional de Pesquisa; Pós-Graduação PNPG 2011-2020; Plano de Desenvolvimento Institucional PDI UNEB 2017-2022), identificando as estratégias adotadas pela UNEB.	Reconhecer o potencial da UNEB no Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia, investigando os desafios e as possibilidades que se abrem para a interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> na região.
CAPÍTULO 2		
ARTIGO 1	ARTIGO 2	ARTIGO 3
Universidade <i>Multicampi</i> no Contexto das Políticas Públicas de Educação Superior no Brasil	Políticas Públicas e Estratégias de Interiorização da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Universidade <i>Multicampi</i> : diálogos e aproximações	Universidade <i>Multicampi</i> , Território e o Processo de Interiorização da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> : desafios e possibilidades
QUESTÕES NORTEADORAS		
De que modo a organização <i>multicampi</i> da UNEB pode contribuir para o processo de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior?	De que forma o processo de interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> está inserido no contexto das políticas públicas educacionais e nas ações institucionais da UNEB?	Quais são os desafios e as possibilidades da UNEB para fortalecer e consolidar o processo de interiorização da pós-graduação <i>stricto sensu</i> , no Território de Identidade Sertão Produtivo?
DESENHOS DE ESTUDO		
Pesquisa Bibliográfica, de natureza exploratória e abordagem qualitativa.	Pesquisa Documental de natureza exploratória e abordagem qualitativa.	Pesquisa de Campo, de natureza exploratória e descritiva e abordagem qualitativa.
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE		
Interlocução entre o aporte teórico e o contexto empírico da UNEB.	Análise documental.	Análise de frequências e percentuais e utilização da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo.

Questões Éticas

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), órgão de controle social em pesquisa, que tem por objetivo avaliar e acompanhar a eticidade dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, contribuindo para a dignidade dos participantes, conforme Resolução CNS/MS, nº 196/1996.

O Parecer Consubstanciado do CEP, nº 2.756.942, sob CAAE: 91818518.5.0000.0057, aprovou a realização da pesquisa em 05 de julho de 2018.

Desta maneira, os procedimentos e a aplicação do estudo observam as disposições das Resoluções nº 466/2012, que apresenta as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos e nº 510/2016, que conforme Artigo 1º, dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Portanto, no decorrer do estudo, que contou com a realização de entrevistas individuais e semiestruturadas, foi observado a garantia de anonimato, segurança, preservação da integridade e dignidade dos participantes, com previsão de riscos e benefícios da pesquisa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A).

27

CAPÍTULO 2

ARTIGO 1: UNIVERSIDADE *MULTICAMPI* NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL⁴

RESUMO

O histórico da Educação Superior no Brasil é caracterizado pelos aspectos tardio, elitista e centralizado nas capitais e grandes centros urbanos, com isso, a criação de universidades no País evidencia-se como um processo lento e desigual (ARNO, 2011; RISTOFF, 2011). O planejamento e o investimento em políticas públicas torna-se fundamental para amenizar as diferenças, principalmente nas regiões interioranas. Nesse sentido, esta pesquisa toma como referência a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no intuito de reconhecer especificidades da modalidade organizacional *multicampi* e suas implicações para o processo de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior. Para a fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória e abordagem qualitativa. A contextualização da UNEB à luz do referencial teórico demonstrou que embora a *multicampia* envolva desafios e dilemas, como o modelo de gestão, a dificuldade para desenvolver efetivamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como para a oferta da pós-graduação *stricto sensu*, esta modalidade organizacional configura-se como uma

estratégia viável no campo das políticas públicas de Educação Superior, sobretudo diante do cenário brasileiro, marcado pelas disparidades regionais.

Palavras-Chave: Educação Superior. Políticas Públicas. Universidade *Multicampi*. Interiorização. Democratização.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de expansão e interiorização da Educação Superior no Brasil, iniciadas na década de 1950, assumiram novos contornos e características particulares a partir da década de 1980, com destaque para a consolidação das universidades estaduais paulistas e a busca de consolidação de escolas estaduais no Pará, Paraná, Ceará, Bahia, entre outros estados (DOURADO, 2001; MARTINS, 2002).

Entretanto, a ampliação do acesso a esta modalidade formativa tem se efetivado, principalmente, por meio da privatização e de instituições isoladas, com exceção das universidades federais e algumas universidades estaduais, o que produz um cenário de massificação, em detrimento da legítima democratização (DOURADO, 2001; RISTOFF, 2011; SANTOS 2004).

Considerando o processo lento e tardio da criação de universidades no Brasil, bem como o histórico elitista e centralizado (ARNO, 2011; RISTOFF, 2011), que marcam uma conjuntura de desigualdades regionais, esta pesquisa buscou investigar *de que modo a*

⁴Artigo aprovado para publicação na obra coletiva “POLÍTICAS E GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR”, organizada pela Rede de Estudos e Pesquisas em Educação Superior – REPES.

organização multicampi pode contribuir para o processo de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior?

Deste modo, o estudo apresenta, inicialmente, uma síntese histórica da Educação Superior no Brasil, identificando as características do processo de interiorização e democratização. Por conseguinte, traz uma análise e discussão a respeito do conceito de multicampia e as suas especificidades e implicações para a interiorização e democratização do acesso à Educação Superior, tomando como referência a UNEB.

Criada em 1983, a UNEB assumiu o compromisso político de atuar na formação de professores, utilizando-se da modalidade organizacional *multicampi* como estratégia para interiorizar o acesso à Educação Superior no estado (BOAVENTURA, 2009). Com seus 35 anos, completados em 2018, está consolidada diante de sua relevância e significação social.

Por meio de um estudo bibliográfico, de natureza exploratória e da abordagem qualitativa propõe-se a interlocução entre o campo empírico e o aporte teórico (GIL, 2008; CRESWELL, 2010; TRIVIÑOS, 2012).

A organização *multicampi* envolve desafios e dilemas, como o modelo de gestão, as

dificuldades para desenvolver efetivamente as funções de ensino, pesquisa e extensão em todos os *campi*, bem como para ofertar a pós-graduação *stricto sensu*, entretanto, diante da análise das contribuições da UNEB e sua inserção nos contextos regionais, observa-se um grande potencial para o desenvolvimento social e econômico dos municípios.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A Educação Superior no Brasil é caracterizada pelos aspectos tardio, elitista e centralizado nas capitais e nos grandes centros (ARNO, 2011; RISTOFF, 2011). Este panorama resulta de um processo histórico, no qual durante o período colonial (1530 a 1822) e imperial (1822 a 1889), o Ensino Superior restringiu-se à Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar e às instituições acadêmicas em Medicina, Leis, Engenharias e Belas Artes, influenciadas pelo modelo português de universidade escolástica (SAVIANI, 2006; SANTOS, 2004; OLIVEIRA, 2011).

A primeira universidade brasileira foi criada no período republicano, pelo Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, que instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, a partir da mera junção das Faculdades de Direito, Medicina e Politécnica, no entanto, o regime universitário somente foi legitimado pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (SAVIANI, 2006, BOAVENTURA, 2009).

29

Esta conjuntura explica as desigualdades na oferta da Educação Superior, que se intensifica nos contextos regionais, sobretudo diante da abrangência territorial e diversidade étnica e cultural brasileira. Deste modo, a interiorização e a legítima democratização do acesso representa uma ruptura da perspectiva histórica elitista e emerge como uma nova fase e novos desafios para a universidade contemporânea.

A expansão do Ensino Superior consiste na ampliação das oportunidades de acesso, por meio da criação de universidades e oferta de vagas, enquanto a interiorização resulta de políticas desenvolvidas com esta finalidade e contribui para a consolidação e desenvolvimento das cidades do interior (DOURADO, 2001).

Na esfera educacional, e, particularmente nas políticas para o ensino superior, o fenômeno da interiorização é significativo. O crescimento dos grandes centros, a necessidade de fixação do homem nas cidades menores, as demandas por serviços de saúde e educação e, sobretudo, pela implantação de escolas superiores têm provocado a emergência de bandeiras em defesa da interiorização (DOURADO, 2001, p. 24).

A partir de 1950, houve a ampliação do número de universidades no País, principalmente na esfera pública, o que resultou num processo de interiorização iniciado nos anos 60, com a criação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul (ARNO, 2011). A expansão de instituições e matrículas foram acentuadas na década de

1970, no entanto, foi quando se iniciou o processo de privatização do Ensino Superior (MICHELOTTO, COELHO E ZAINCO, 2006).

Neste mesmo período, em Santa Catarina, a interiorização deu-se a partir de políticas públicas associadas a interesses privados, com o surgimento inicial das faculdades e/ou escolas superiores isoladas, consolidadas pela criação de Fundações Educacionais, de caráter privatista, uma vez que em sua maioria resultaram da associação da iniciativa privada com o poder público municipal (ARNO, 2011; AGUIAR, 2012).

Embora a Lei nº 5.540/68, referente à Reforma Universitária, tenha estabelecido que o Ensino Superior fosse, preferencialmente, realizado em universidades e, excepcionalmente, em instituições isoladas, houve um processo inverso, intensificado pela falta de controle do governo, que permitiu o surgimento de inúmeras Instituições de Ensino Superior privadas, ao facilitar suas instalações dispensando exigências fundamentais, contribuindo para a crescente privatização da Educação Superior brasileira (DOURADO, 2001; AGUIAR, 2012).

Nesse contexto, de acordo com Santos (2004), ao invés de democratização, tem se observado um processo de massificação, tendo em vista o aumento significativo do acesso,

30

mas em condições que não garantem a permanência e o sucesso dos estudantes, por meio de políticas pensadas a partir de interesses e demandas do mercado.

A expansão do Ensino Superior em Goiás nos anos 80, caracterizou-se pelas políticas de ampliação da oferta de vagas, influenciadas pelos interesses capitalistas para atender aspectos de ordem econômica, política e cultural, sob o discurso da modernização e desenvolvimento regional (DOURADO, 2001).

Com o processo de redemocratização (1981-1988), o sistema universitário público do Brasil vivenciou uma enorme crise econômica e política, que se instaurou na América Latina, especificamente, no âmbito federal. Com isso, em 1990 o País enfrentou uma radical desregulamentação, que provocou a abertura para investimentos privados locais e internacionais (OLIVEIRA e CATANI, 2011; ALMEIDA FILHO, 2016).

Somente a partir de 2003, com as mudanças na política de Educação Superior, o governo federal adotou medidas para recuperar gradativamente o orçamento e expandir as universidades e os Institutos Federais de Educação. Essa iniciativa foi ampliada em 2008, com a criação do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que contribuiu para a interiorização das universidades e dos *campi*, com destaque para as regiões Norte e Nordeste (FIALHO, 2011; SOARES, 2013; ALMEIDA FILHO, 2016).

As políticas de expansão da Educação Superior no Brasil, propostas pelo governo Lula, são apresentadas no documento “Uma Escola do tamanho do Brasil”, que reconhece o crescimento pautado em perspectivas excludentes e “ênfatisa a necessidade de ampliação do

acesso à Educação Superior para todos os que a ela demandarem e preconiza uma universidade comprometida com a inclusão social” (MICHELOTTO, COELHO E ZAINCO, 2006, p. 193).

Desta forma, as autoras propõem o questionamento de influências dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, pois embora as propostas apontem para finalidades sociais e educacionais, observa-se uma efetivação pautada em interesses neoliberais, que privilegiam o mercado. Assim, sugerem uma avaliação das políticas desenvolvidas no País, em defesa de uma reforma comprometida com as reais necessidades da população.

Observa-se que a expansão e democratização da Educação Superior no Brasil, tal como se apresenta nos marcos legais e nas políticas governamentais, como o PROUNI e o REUNI, demonstram o interesse em desenvolver ações com esta finalidade, no entanto, existem embates no campo de análise destas políticas enquanto mecanismos de justiça social,

31

“apontando-se a possibilidade de lutas hegemônicas baseadas em correlação de forças em prol da democratização efetiva” (ARRUDA, 2011, p. 501).

O Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 10.172 de 2001, já reconhecia o papel estratégico das universidades, principalmente públicas, para o desenvolvimento econômico e social do País e propõe a expansão da Educação Superior, observando critérios de qualidade (RISTOFF, 2011).

Esta perspectiva foi incorporada no plano de governo do presidente Lula e na proposta de Reforma da Educação Superior do ex-Ministro da Educação Tarso Genro, como forma de construir uma nação soberana, democrática, inclusiva e emancipatória (RISTOFF, 2011). Além disso, o autor afirma que os índices do Censo da Educação Superior apontam um sistema de Educação Superior centralizado, privatizado, diversificado, elitista e excludente, portanto, defende uma perspectiva mais democrática e inclusiva, mesmo reconhecendo os desafios impostos pela realidade.

A democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais, ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, assegurando acesso e permanência a *todos* os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o *campus* público. O Programa Universidade para Todos, a criação de novos *campi* nas IFES, a proposta de expansão do ensino noturno público, a criação de novas universidades federais, a proposta de conversão da dívida dos estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta do Brasil, a expansão da educação a distância, a criação de bolsas permanência são algumas das ações que apontam para o caminho da democratização (RISTOFF, 2011, p. 29).

Além disso, a democratização não pode ser dissociada de critérios de qualidade, portanto, requer ações para viabilizar o acesso e as condições de permanência, sem perder de vista a qualidade da formação (RISTOFF, 2011). Deste modo, a efetivação do papel social da

universidade pública, bem como o desenvolvimento de políticas e ações compromissadas com o processo de interiorização e legítima democratização, configura-se como um desafio importante no campo da Educação Superior contemporânea.

MULTICAMPIA: CONCEITO

O conceito de rede universitária foi implementado nos Estados Unidos com a finalidade de “ampliar o acesso ao ensino superior, propiciar reciclagem aos militares e reduzir custos”, mas sua origem é da Índia e Japão. No Brasil, a primeira instituição a adotar o modelo *multicampi* foi a Universidade Estadual Paulista (UNESP), criada em 1976, no estado de São Paulo (SANTOS, 2000 apud PIMENTA, 2007, p. 76).

32

Além da Universidade Estadual Paulista (UNESP), a configuração *multicampi* foi adotada por outros estados, a exemplo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade Estadual de Ceará (UECE), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e a Universidade Federal de Rondônia (UFR) (PIMENTA, 2007).

A respeito da multicampia, Fialho (2005, p. 49) expõe que em busca de sentidos sobre ‘universidade *multicampi*’ e ‘*campus* universitário’ por meio de desdobramentos dos significados que lhes são atribuídos e do resgate do (s) “sentido (s) original (is) e histórico (s), a partir da recomposição dos termos (*multi* e *campus-i*), obtém-se uma restrição à ideia de quantidade e *infraestrutura física* universitária na definição dos termos”.

Desde modo, o modelo *multicampi* configura-se como “uma forma já consagrada para dizer de uma modalidade de ensino superior que não se prende a um único espaço geográfico” (FIALHO, 2005, p. 51). No entanto, a autora aponta que tais definições ainda são insuficientes e denota uma imprecisão conceitual dos termos, embora permitam o entendimento acerca da trajetória dos sentidos atribuídos à palavra.

A universidade *multicampi* compõe-se de uma estrutura organizacional distribuída em vários espaços geográficos, com polos em diferentes contextos físico territoriais, assim, “favorece a interiorização da Educação Superior” e cada *campi* é importante na formação do conhecimento e deve possuir “administração própria e autonomia para gerir seus recursos, regular suas atividades acadêmico-científicas tendo sempre presente a integração entre as unidades”, portanto, possui relação com o “contexto urbano e regional de cada comunidade em que está inserida de modo a buscar seu desenvolvimento social, econômico, cultural”

(LAUXEN, 2006, p. 237).

Esta definição denota um conceito atribuído à característica quantitativa, no que se refere a distribuição dos *campi*, mas ressalta aspectos importantes para serem observados, como a autonomia da gestão e a integração entre as unidades.

Nesse sentido, Fialho (2005) propõe a busca do sentido etimológico e utiliza-se de um ensaio figurativo dos termos *pluricampi* e *multicampi* para indicar que este último, não se restringe à ideia de número de *campus* ou à sua localização geográfica, mas requer a consideração do sentido de organicidade.

33

A configuração *multicampi* comporta uma dimensão multiangular. Não basta, portanto, espalhar no território, muitas unidades, e reuni-las sob a designação de universidade *multicampi* para constitui-la como universidade e como universidade *multicampi*. [...] É preciso, pois, ser universidade nessa peculiar forma organizacional – *multicampi* – e isto representa incorporar indicadores como os aqui assinalados, os quais intervêm na constituição do modelo *multicampi* e implicam, no seu desempenho: o caráter urbano do assentamento físico-geográfico da universidade e a condição do *campus* universitário de ali sobreviver, como *locus* da produção intelectual (FIALHO, 2005, p. 56).

Embora o termo *multicampi* esteja comumente associado à perspectiva de localização geográfica, observa-se que o aprofundamento do sentido e significado do termo denota uma concepção mais ampla do seu conceito e agrega aspectos indissociáveis e interdependentes que permeiam o contexto de uma instituição que adota esta modalidade organizacional.

UNEB MULTICAMPI: ESPECIFICIDADES E IMPLICAÇÕES

O retrato da Educação Superior na Bahia é consonante ao cenário nacional, marcado pela desigualdade e disparidades regionais das condições de acesso e permanência. Após a criação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1946, somente em 2005, foram criadas a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), além da expansão da UFBA e dos Institutos Federais de Educação e a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2013, a partir do Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior (FIALHO, 2011). Em 2013, teve início as atividades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com sede no Ceará e na Bahia, na cidade de São Francisco do Conde – BA.

Observa-se que no âmbito federal, durante quase 60 anos (1946 a 2005), o estado da Bahia contava apenas com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), centralizada na capital Salvador, apenas com a Escola de Agronomia, em Cruz das Almas. Este panorama ilustra a importância das universidades estaduais para a disseminação da oferta de Educação Superior no estado, principalmente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por sua abrangência

e inserção em diferentes regiões, em função da *multicampia*.

O projeto de universidade *multicampi* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foi idealizado pelo professor Edivaldo Boaventura, que aponta as contribuições do professor Alírio Fernando Barbosa de Souza (UFBA), do reitor Armando Otávio Ramos, da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e do reitor Gilles Boulet, da Universidade do Québec, além do exemplo das universidades paulistas, Universidade de São Paulo (USP),

34

Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (BOAVENTURA, 2009).

A UNEB foi criada em 1983 e, atualmente, possui 24 *campi* e 29 Departamentos, situados nos municípios de Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetité, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Conceição do Coité, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Camaçari, Brumado, Ipiauí, Euclides da Cunha, Seabra, Xique-Xique e um *campus* avançado em Canudos, se destacando como a maior instituição de Educação Superior estadual, pública e *multicampi* do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil (UNEB, 2017).

A estruturação *multicampi* tem como finalidades: 1) um sistema estadual de ensino para ser completo, abrange do ensino pré-escolar, passando pelo fundamental, médio, superior até a pós-graduação; 2) uma educação superior estadual se relaciona com o espaço territorial pela identidade cultural, podendo ser organizada por universidades *unicampus* ou *multicampi*; e 3) uma faculdade ou universidade instalada num centro urbano interiorano é um fator de progresso por agregar laboratórios, bibliotecas, equipamentos e instalações mudando e enriquecendo a comunidade urbana (BOAVENTURA, 2009).

O pensamento do professor Boaventura, pautou-se na defesa da estruturação *multicampi* como a alternativa mais viável para o sistema estadual de Educação Superior na Bahia, a fim de contribuir para a interiorização e permitir o acesso nas regiões, por meio do desenvolvimento autônomo dos *campi*, até a sua constituição em universidade (FIALHO, 2005).

Com base nessa perspectiva, a UNEB foi constituída por meio da integração de unidades universitárias existentes nos municípios, as Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Caetité e o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), em Salvador (BOAVENTURA, 2009).

Embora já existisse um conjunto universitário com unidades integradas pela Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB), a criação da UNEB, instituída pela Lei nº 66 de 1º de junho de 1983, concedeu a forma e o espírito de universidade (BOAVENTURA, 2009).

Segundo a política de educação, do quadriênio 1983-1987, cada capital regional da Bahia devia ter a sua Faculdade, formando professores para o sistema de educação e para os demais setores da sociedade. A UNEB nascia com a cor da Bahia, comprometida com as suas regiões, com a negritude, com os sertões, com a pobreza, com os problemas de educação, de alimentação e de saúde. Era mais uma educação superior voltada para o ensino, para a formação de pessoal docente, enfim, para a

35

construção do conhecimento. A isso o modelo interdisciplinar e o *multicampi* muito favoreceram. A circunstância muito especial de ter sua sede no Cabula, mais precisamente no bairro da Engomadeira, criou compromissos sociais e urbanos com a instituição (BOAVENTURA, 2009, p. 70).

Deste modo, a UNEB e a sua forma de organização *multicampi* representa um marco na história da Educação Superior da Bahia e ao longo dos seus 35 anos, completados em 2018, tem demonstrado sua relevância e significação social. Embora prevaleça o desafio de identificar mecanismos que permitam a interiorização das ações finalísticas de uma universidade e do modelo de gestão centralizado na capital, por meio da estrutura da administração central (reitoria, pró-reitorias, secretarias especiais e assessorias), e setoriais (direção de departamento e colegiados de curso).

A organização *multicampi* apresenta especificidades relativas a questões administrativas e acadêmicas, além de envolver dimensões territoriais, espaço-temporais e funcionais, que implicam no desenvolvimento das atividades e projetos e influenciam na estrutura organizacional e, conseqüentemente, na gestão. Assim, requer uma perspectiva de descentralização e respeito às culturas e identidades locais (FIALHO, 2005; PIMENTA, 2007; BARBOSA, 2016).

Nesse sentido, o Plano de Metas (UNEB 2010-2013), apresenta a concepção de redes, que surge como uma estratégia de descentralização da gestão e de fortalecimento dos Departamentos do interior, por meio da criação das Redes de Gestão Departamental (RGD), que foram constituídas com o objetivo de

Potencializar os programas e projetos a partir da aglutinação e congruência de interesses e demandas mútuas; qualificar a produtividade e o gasto público; e promover o intercâmbio de experiências e competências fundadoras de uma rede virtuosa para o desenvolvimento institucional e o seu reatamento no desenvolvimento do estado (UNEB, 2010, p. 14).

As Redes, portanto, constituíram-se como uma estratégia de estrutura organizacional para facilitar os processos de gestão, bem como ações que promovam o desenvolvimento institucional e regional.

Com efeito, para responder efetivamente as demandas sociais e “atendendo aos instrumentos legais de planejamento governamental e à visão estratégica norteadora da sua atuação, a UNEB compreende a necessidade de uma reestruturação na gestão institucional”

(NEIVA, GOMES E MATTOS, 2016, p. 13).

Entretanto, além do modelo de gestão, a *multicampia* implica em variáveis interdependentes, como organização, espaço e funcionamento. Assim, o compromisso da

36

UNEB com a interiorização e democratização do acesso à Educação Superior envolve uma série de desafios, inclusive a superação da restrição de sua atuação ao ensino (FIALHO, 2005).

Em consequência, o entendimento muito disseminado, de que, aos campi do interior, deve ser destinada, exclusivamente, a função ensino (de graduação) reservando-se, para os grandes centros urbanos – senão unicamente capitais – a pesquisa e o ensino de pós-graduação (*stricto sensu*), implica, no mínimo questões de ordem legal e estatutária: ou se muda a legislação ou os campi do interior desrespeitam a lei.

Como se vê, essas problemáticas não se esgotam apenas na redistribuição de responsabilidades entre unidades universitárias e seus campi. Restrita, esta seria uma visão que desequilibra o próprio princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (FIALHO, 2005, p. 75).

A discussão relativa ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão está associada à própria condição de universidade e abrange uma discussão epistemológica.

[...] A pesquisa e a extensão são inerentes ao ensino contextualizado. O ensino e a extensão são inerentes à pesquisa, que proporciona o desenvolvimento de inúmeras competências e precisa ser socialmente relevante. Da mesma forma, o ensino e a pesquisa também estão presentes nos processos de extensão. Ambos estão imbricados e o isolamento de aspectos indissociáveis da realidade é uma forma de manifestação das dificuldades vivenciadas pela universidade “pendular”. Ora preza por uma atividade, ora por outra (TAUCHEN, 2009, p. 131, 132).

Nesse sentido, importa reconhecer que a inserção de uma instituição *multicampia* em contextos regionais, requer o desenvolvimento pleno das atividades finalísticas de uma universidade. Desta forma, a interiorização e democratização do acesso à Educação Superior requer infraestrutura material e humana para desenvolver plenamente as funções de ensino, pesquisa e extensão, bem como a oferta de pós-graduação (FIALHO, 2005; 2009).

Ao tratar da UNEB, Fialho (2005) destaca a prevalência do ensino de graduação nos *campi* do interior, em detrimento do ensino e oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, pesquisa e extensão universitária. Para a autora, essas lacunas provocam prejuízos para a instituição e para a sociedade das regiões localizadas nos municípios geograficamente mais distantes da capital.

Barbosa (2016) ressalta o importante papel da universidade com a formação de profissionais para a Educação Básica, além da democratização possibilitada pela organização *multicampia*, mas reconhece o distanciamento quanto à formação continuada e em nível de pós-graduação destes profissionais, evidenciando, portanto, a lacuna em relação à

Destaca-se ainda que a formação de professores apresenta-se como um compromisso político da universidade desde o seu surgimento, sendo ampliada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que estabeleceu em seu art. 87 § 4º (Revogado pela lei nº 12.796, de 2013), “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Esta prerrogativa provocou uma ampliação considerável de projetos para formação de professores no estado na Bahia (BOAVENTURA, 2009).

Nesse contexto, em 1998, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) estabeleceu parcerias com as prefeituras de várias regiões da Bahia, para desenvolver o Programa Intensivo de Graduação, conhecido como REDE UNEB 2000, oferecendo o curso de Pedagogia para professores em exercício na rede de ensino municipal. Em 2004, foi criado o Programa de Formação de Professores do Estado (PROESP), por meio de um convênio entre a Universidade e a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e a participação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), que ofereceu cursos de graduação para professores em exercício na rede estadual de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, ofertando os cursos Licenciatura em Letras, Letras com Inglês, História, Geografia, Matemática, Biologia, Física, Química, Educação Física e Artes, nas diversas regiões do estado.

Ademais, a Universidade oferece formação pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), desenvolvido em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias de Educação do Estado e Municípios, desenvolvido por meio do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE), com adesão no ano de 2007, para o qual elaboraram o Plano de Ações Prioritárias (PAR), aprimorados com base no Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009 (revogado pelo Decreto nº 8.752, de 2016), que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, referente à formação inicial e continuada desses profissionais.

Com efeito, o desenvolvimento destes programas, bem como a oferta contínua de cursos de licenciatura marcam a consolidação da UNEB no campo da formação de professores no estado da Bahia, facilitando o acesso nas regiões e localidades geograficamente mais distantes dos grandes centros urbanos, de maneira que os profissionais não precisem se deslocar.

Outrossim, a UNEB oferece cursos para grupos específicos, como o curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI), destinado para formação em nível superior de professores das escolas indígenas, cursos de graduação pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), coordenado pelo Incra, órgão vinculado

ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e atende a jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores acampados incluindo a formação e a capacitação dos educadores e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) (UNEB, 2017).

A UNEB oferece ainda cursos de graduação, pós-graduação *lato* e um *stricto sensu*, além de cursos de extensão por meio da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD), o *Campus Virtual* da UNEB, que possibilita uma ampliação da possibilidade de acesso, numa modalidade diferenciada, que permite atender a um público cada vez maior.

A UNEB tem ampliado seu campo de formação de profissionais, de modo que o seu papel repercute significativamente, tanto no contexto educacional como em outras áreas. Desta maneira, a Universidade tem afirmado a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social da Bahia e também de outros estados.

A análise do Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD), a partir das dimensões, “forças produtivas, oferta pública do Ensino Superior, condições de sobrevivência da população e a dinâmica do mercado de trabalho para os indivíduos com educação superior”, demonstra o impacto da presença das instituições de Educação Superior para o desenvolvimento dos municípios baianos (BARBOSA, 2013, p. 76).

A pesquisa considerou a distribuição espacial da Educação Superior no estado da Bahia, no âmbito da oferta de cursos de graduação, deste modo, o autor apresentou uma delimitação de 07 polígonos que, segundo o mesmo, foi montada a partir de “uma base de dados fundada em fontes seguras e com abrangência municipal”, com destaque para os municípios com maior densidade populacional e econômica (Barreiras, Juazeiro, Paulo Afonso, Salvador, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas e Guanambi), os resultados apontam uma grande expansão das instituições privadas e as dificuldades enfrentadas pelas universidades estaduais, no tocante ao financiamento, mas reconhece a influência positiva das instituições de Educação Superior para o desenvolvimento local (BARBOSA, 2013, p. 90).

Há uma forte associação entre a presença de uma instituição de ensino superior e potencial de desenvolvimento. Estas instituições se assentam em espaços de moderado alto ou elevado potencial de desenvolvimento. O que nos permite dizer que existe diferença no potencial de desenvolvimento nos espaços onde há oferta pública de ensino superior em relação aos espaços desassistidos[...] (BARBOSA, 2013, p. 112)

Dados estatísticos confirmam a contribuição da UNEB para a formação de quadros profissionais da educação básica nos meios locais, através da inserção do seu egresso licenciado (BARBOSA, 2016). A autora apresenta o destaque para o Território de Identidade

Sertão Produtivo da Bahia⁵, no campo das licenciaturas, no ano de 2010, ao ofertar 14,7% (475) das vagas ofertadas pela UNEB, sendo demandadas por 14,3% (1.641) dos candidatos a um curso de licenciatura. Além disso, ressalta a presença de três *campi* no referido território, dos quais dois ofertavam apenas licenciaturas, se destacando na formação do maior número de egressos 18,0% (334).

A peculiaridade da organização *multicampi*, implica na relevante contribuição da UNEB para o processo de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior no estado, sobretudo às camadas populares, o que demonstra o seu potencial para o desenvolvimento de políticas e estratégias de melhoria dos indicadores educacionais, sociais e econômicos dos municípios.

Entretanto, os desafios para a Universidade *multicampi* são ampliados em virtude da lacuna existente na organização da Educação Superior brasileira, principalmente no âmbito das universidades estaduais, devido ao “desconhecimento ou indiferença por parte dos órgãos oficiais ou ausência de medidas para o enfrentamento dessa questão nas políticas educacionais” (FIALHO, 2011, p. 1). De acordo com a autora, a própria Constituição Federal de 1988, nas disposições acerca do direito à educação, modalidades, organização do sistema educacional e acesso à Educação Superior, deixa à deriva as universidades estaduais.

Além dos enfrentamentos relativos à dotação orçamentária e financeira, há dificuldades quanto ao impedimento na participação em editais e programas federais, embora tenham ocorrido mudanças nesse sentido, ainda existem muitos desafios a serem superados, pois, no Brasil, existe “um sistema *federal* – e não nacional – de Educação Superior”, o que sugere o complexo paradoxo, “se universidades estaduais podem sustentar a oferta pública da Educação Superior, como podem estar desalinhadas da perspectiva de construção de um sistema nacional de educação?” (FIALHO, 2011, p.11).

A esse respeito, a autora aborda que nem a Constituição Federal de 1988, nem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES-2004), a Conferência Nacional de Educação (CONAE-2010) ou os Planos Nacionais de Educação foram capazes de dar conta do sistema nacional de educação. Desta maneira, considera a primazia referente à “construção do sistema nacional de educação e o fortalecimento da comunidade acadêmica e científica do Brasil, com participação plena das universidades estaduais” (FIALHO, 2011, p. 17).

⁵Territórios de Identidade constitui-se numa organização regional proposta pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Bahia, em 2010, com a finalidade de identificar prioridades temáticas com base na realidade local, de modo a permitir o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico da Educação Superior no Brasil explica o cenário de desigualdades e disparidades regionais e institucionais. Este panorama se reflete na Bahia, assim como em outros estados e demonstra que as políticas públicas de expansão, interiorização e democratização do acesso à esta modalidade formativa devem ser priorizadas e ampliadas.

Além disso, cabe analisar as perspectivas imbuídas nesse contexto, uma vez que não basta criar universidades e vagas, mas oferecer condições de acesso e permanência, qualidade da formação, ensino, pesquisa, extensão e a pós-graduação *stricto sensu*. Deste modo, a organização *multicampi* da UNEB configura-se como aspecto estratégico, devido a sua inserção nos territórios.

Entretanto, a UNEB enfrenta muitos desafios, uma vez que para além do aspecto geográfico, a multicampia envolve dimensões acadêmica, administrativa, além de especificidades decorrentes das diferentes realidades em que se insere, sobretudo, no âmbito de uma instituição pública, devido a responsabilidade social que lhe é inerente e da limitada, para não se dizer ausente, autonomia administrativa e financeira na política de estado.

Além disso, abrangência territorial da UNEB implica em dilemas para o seu pleno funcionamento enquanto universidade, diante das dificuldades para o efetivo atendimento ao tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como para a oferta da pós-graduação *stricto sensu* e o modelo de gestão.

Logo, a possibilidade de discutir sobre alternativas que provoquem mudanças no modelo de gestão institucional, podem contribuir para a descentralização não só das questões administrativas, como também acadêmicas (pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação), reconhecendo as necessidades específicas dos territórios onde a UNEB se faz presente.

Depreende-se que a organização *multicampi*, por si só, não se sustenta como estratégia para a interiorização e democratização do acesso à Educação Superior, mas é importante ressaltar as implicações da *multicampia* para o desenvolvimento social e econômico nos contextos regionais, a partir da ciência e tecnologia e quadro de pessoal qualificado de mestres e doutores pesquisadores para tal função.

Portanto, mesmo reconhecendo os desafios e dilemas que implica em especificidades deste modelo organizacional, esta pesquisa evidencia o potencial da UNEB e de sua organização *multicampi*, para a definição de políticas e estratégias institucionais, condizentes e compromissadas com o desenvolvimento econômico e social dos territórios.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. **O Processo de Interiorização da Educação Superior Catarinense**. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - IX ANPED Sul, 2012, Caxias do Sul. IX

Anped Sul 2012 – A Pós-Graduação e suas interlocuções com a Educação Básica. Caxias do Sul: UCS, v. 1. p. 1-16, 2012.

ALMEIDA FILHO, N. **A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: *colleges vs. Vikings***. Revista Lusófona de Educação, 32, 2016.

ARNO, R. **A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso**. Revista Gestão Universitária na América Latina: Revista GUAL, v. n. 3, p. 228-247, 2011.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba. **Políticas da educação superior no Brasil - Expansão e democratização: um debate Contemporâneo**. Espaço do currículo, v.3, n.2, p.501-510, 2011.

BARBOSA, E. R. O. **A Presença da Universidade do Estado da Bahia nos Meios Locais: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados**. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação – *Campus I*, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador.

BARBOSA, C. **Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local**. 2013. 164f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador.

BOAVENTURA, E. M. **A Construção da Universidade Baiana: origens, missões e afro descendência**. Salvador, EDUFBA, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, Brasília, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

CHAUI, M. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. In: Conferência na Sessão de Abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003, Poços de Caldas - MG. Revista Brasileira de Educação, p. 05 – 15, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre, Artmed, 2010.

DOURADO, L. F. **Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Goiás nos Anos 80: a parceria com o poder público municipal**. In: IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 1997 “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Campinas, Anais, 1997. Disponível em: <<http://fe.unicamp.br/html/histedbr/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

DOURADO, L.F. **A Interiorização da Educação Superior e a Privatização do Público**. Goiânia, 2001.

FIALHO, N. H. **Universidade Multicampi**. Brasília. Plano Editora, 2005.

42

FIALHO, N. H. **Chão Desigual: A categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil**. In: NASCIMENTO, AD. and HETKOWSKI, TM. orgs. Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

FIALHO, H. H. **Educação Superior no Brasil: Universidades Estaduais à deriva?** 2011. Disponível em: < <http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/ArtigoEduca%C3%A7%C3%A3o-Superior-no-Brasil-universidades-estaduais-%C3%A0-deriva> >

[30out201115.pdf](#)>. Acesso em: junho/2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAUXEN, S. L. Universidade multicampi. In MOROSINI, M. (coord.). **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. V. 2. INEP/MEC, 2006.

MICHELOTTO, R.; COELHO, R.; ZAINKO, M. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula**. Educar, n. 28, 179-98, 2006.

NEIVA, L. P.; MATTOS, W. R.; GOMES, M. A. **A UNEB Gera Conhecimento para o Desenvolvimento da Bahia**. Salvador, 2016.

OLIVEIRA, D.A. **Das Políticas de Governo à Política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educ. e Soc, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011.

OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. **A Reconfiguração do Campo Universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações**. In: OLIVEIRA, João Ferreira de (org.) O Campo Universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 2011.

PIMENTA, L. B. **Processo Decisório na Universidade Multicampi: dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador.

RISTOFF, D. **Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas**. MOROSINI, M. (org). Universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2011.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>> Acesso em: outubro/2016.

SAVIANI, D. **A Pós-Graduação em Educação no Brasil: pensando o problema da orientação**. In: BIANCHETTI, Lucídio. MACHADO, Ana Maria Netto. Orgs. A Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis, Ed. Da UFSC, São Paulo, Cortez, 2006.

SOARES, L. T. **O Papel da Rede Federal na Expansão de na Reestruturação da Educação Superior Pública no Brasil**. Cadernos do GEA. – n. 3, jan./jun. 2013.

43

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão**. 2009. 146f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

UNEB. **Plano de Metas** (Reitoria 2010-2013). Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.uneb.br/prograd/files/2010/01/Plano_De_Metas_Reitoria-2010_02mar10.pdf>. Acesso em: julho/2017.

UNEB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** (quadriênio 2017-2022). Salvador, 2017. Disponível em: < https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI_2017_2022-.pdf>. Acesso em: maio/2018.

UNEB. **Anuário UNEB em Dados 2017 – Base 2016**. Salvador, 2017. Disponível em: < http://www.uneb.br/files/2015/09/ANUARIO_UNEB_2016_final-web2.pdf> Acesso em: julho/2018.

44

ARTIGO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*: DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES

RESUMO: O presente estudo buscou situar o processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* do Brasil no contexto das políticas públicas educacionais, identificando as estratégias da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Deste modo, por meio da pesquisa documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, foram analisados o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), o Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE 2016-2026) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNEB 2017-2022), que confirmam como o fortalecimento da pesquisa, a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* e sua interiorização reflete no compromisso com o desenvolvimento econômico, social e sustentável das regiões.

Palavras-chave: Pós-graduação *stricto sensu*; Políticas Educacionais; Interiorização.

INTRODUÇÃO

A oferta de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGSS) no Brasil, apresenta assimetrias entre regiões, entre instituições da mesma região, nas mesorregiões e entre as áreas do conhecimento, que tornam-se mais evidentes quando se toma como referência uma região em específico (BRASIL, 2010).

Embora os índices nacionais apontem o crescimento e ampliação da oferta de PPGSS nos últimos anos, ainda existe um percentual elevado de regiões desassistidas, principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, o que requer a definição de estratégias de acordo com as demandas das mesorregiões e as vocações institucionais (Brasil, 2010).

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta um breve histórico da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, e por meio de uma pesquisa documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, propõe uma análise das políticas educacionais Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e o Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE 2016-2026). Em seguida, adentra no contexto da UNEB e traz a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNEB 2017-2022).

O PNPG 2011-2020, que passou a integrar o PNE 2014-2024 e o PEE BA 2016-2026, propõem metas e estratégias para a redução das assimetrias regionais na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, e, em consonância com esta perspectiva, o PDI UNEB 2017-2022, estabelece também metas e agrega entre os princípios e objetivos institucionais a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*. Estas políticas confirmam como

o fortalecimento da pesquisa, a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* e sua interiorização reflete no compromisso com o desenvolvimento econômico, social e sustentável das regiões.

45

PANORAMA HISTÓRICO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL A

pós-graduação *stricto sensu* passou a ser prevista enquanto atividade regulamentada no Estatuto que normatizou a organização das universidades brasileiras no ano de 1931.

Posteriormente, houve a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Decreto nº 29.741, em 11 de julho de 1951; neste mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), constituindo-se em iniciativas que marcaram a institucionalização, fomento e avaliação da pós-graduação e da ciência e tecnologia do Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Devido à imprecisão relativa à natureza dos cursos abordados na LDB de 1961, e diante da proposta do Ministério de Educação e Cultura (MEC) de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação na Educação Superior do País, a pós-graduação *stricto sensu* passou por um processo de estruturação, que resultou na sua regulamentação, por meio do Parecer nº 977/1965 (Parecer Sucupira) e também na regulamentação da implantação de programas de pós-, de graduação, por meio do Parecer nº 77, de 11 de fevereiro de 1969, ambos tiveram como relator o conselheiro Newton Sucupira e representam marcos na história da pós-graduação do Brasil (BOAVENTURA, 2009; SAVIANI, 2006).

Boaventura (2009) destaca algumas contribuições de Newton Sucupira para a educação brasileira e para a definição de políticas educacionais, como a autonomia universitária, a pós-graduação e seus efeitos para a cultura brasileira, a reforma universitária, a introdução do princípio humboldtiano da integração do ensino com a pesquisa e a definição do conteúdo da Faculdade de Educação.

Numa análise histórica, Saviani (2006) aponta as influências dos modelos norte americano e europeu na constituição da pós-graduação brasileira e atribui sua riqueza e consistência à fusão das estruturas organizacionais, devido à ênfase no aspecto técnico operativo do modelo norte americano e no aspecto teórico da experiência europeia. Além disso, o autor ressalta a particularidade da experiência brasileira quanto ao objetivo de formação de pesquisadores, pois coloca a pesquisa como elemento central, sendo o mestrado concebido como iniciação à formação do pesquisador, cuja consolidação é esperada no doutorado.

No entanto, de acordo com Mendonça (2003), Anísio Teixeira atribuía à inexistência de uma tradição universitária como um dos grandes problemas da Educação Superior no Brasil, desta forma, defendia uma universidade contemporânea comprometida com a efetivação de uma cultura nacional e pautada nas funções que lhe foram atribuídas

Para ele, a universidade contemporânea deveria ser simultaneamente uma universidade *humanista*, como a universidade medieval, oferecendo, portanto, uma formação básica geral (embora de tipo radicalmente distinto da cultura medieval); uma universidade *moderna*, voltada para a pesquisa e a produção do conhecimento, como a universidade humboldtiana; uma universidade *de serviço*, como a universidade de Newman, devotada aos problemas práticos da sua sociedade e à educação; e, até, uma *multiversidade*, ligada à indústria e ao desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2003, p. 8).

Nesse sentido, Anísio Teixeira propunha o desenvolvimento de uma pós-graduação para a renovação da universidade brasileira, por meio de mudanças na estrutura universitária e também na mentalidade dos professores universitários, tornando-a o centro da nova universidade, no processo de construção do saber, na formação de cientistas para as diversas áreas e para excelência na formação do professor universitário (MENDONÇA, 2003).

Teixeira (1989, p. 68) propunha a reforma da universidade, [...] para poder ela cumprir a missão de universidade de pesquisa, de estudos profundos e avançados, pelos quais possa construir a cultura brasileira e fazer marchar o conhecimento humano”.

Nessa perspectiva, Mendonça (2003) destaca as contribuições de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil, diante da condição de Secretário Geral da CAPES (1951-1964) e o seu papel na criação e organização da entidade, bem como na criação de bases para a expansão do sistema de pós-graduação, ocorrida a partir dos anos 1970.

Entretanto, o Regime Militar instaurado em 1964, impediu que Anísio Teixeira concretizasse suas perspectivas para a educação brasileira, mas suas ações ainda repercutiram no aumento das instituições, das matrículas e dos cursos de Educação Superior no período de 1960 a 1970, assim como nos efeitos da Reforma Universitária, por meio da Lei nº 5.540/68, como a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a visão da universidade como referência para expansão do sistema, numa perspectiva de instituição mais racional, integrada, flexível e mais supervisionada e controlada (OLIVEIRA, 2011).

Contudo, para Almeida Filho (2008) a Reforma Universitária de 1968, pode ser caracterizada como distorcida, incompleta e nociva, pois mesmo com alguns avanços, manteve o que havia de pior no antigo regime e trouxe características desinteressantes do modelo flexneriano estadunidense, com efeitos negativos, tanto para o modelo de formação, quanto na estrutura institucional.

Nesse sentido, o autor supracitado destaca como resultado positivo da tentativa de reestruturação da educação universitária no Brasil, a implementação de uma rede institucional de pós-graduação, com programas credenciados de treinamento e pesquisa em 1970, a criação de um comitê nacional pelo Ministério da Educação, para credenciamento de programas de

pós-graduação vinculados à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), além do recebimento de patrocínio do governo federal por parte de algumas agências para apoiar a rede universitária de laboratórios de pesquisa, com destaque para o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que concediam bolsas de estudo, treinamento e pesquisa para os estudantes pesquisadores.

A CAPES, responsável pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), tinha a missão inicial de qualificar os professores universitários e passou a ser responsável também pela formação de novos pesquisadores e pela ampliação da pesquisa nacional, considerando áreas de conhecimento estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do País, sem perder de vista a qualidade, mantida por meio de ações planejadas, com a colaboração da comunidade científica nacional e do rigoroso sistema de avaliação por pares (PNPG 2011-2020).

Além disso, após mais de 50 anos de sua criação, no ano de 2007, a CAPES assumiu a responsabilidade de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica. Nesse sentido, o PNPG 2011-2020 discute a importante aproximação entre as etapas formativas da Educação Básica e Educação Superior, como meio de fortalecer e consolidar a ideia de sistema nacional de educação, numa perspectiva de que a base exerce influência significativa para os caminhos posteriores (BRASIL, 2010).

Para Saviani (2006), o período configurado como o início da implantação da pós graduação *stricto sensu* no País, pode ser considerado heroico, em decorrência das dificuldades encontradas para criar condições acadêmicas, administrativas e de infraestrutura. Assim, destaca a importância do apoio financeiro e acompanhamento da CAPES no processo de implantação e consolidação dos programas.

O PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG 2011-2020) O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), define as diretrizes, estratégias e metas direcionadas para constituição de uma política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. De maneira inédita, o PNPG (2011-2020) passou a fazer parte do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 10 (dez) anos e dispõe as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do País e contempla propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação.

O I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 1975-1979) deu-se a partir da expansão, que desencadeou a necessidade de organização e planejamento da pós-graduação, entendida

superação das desigualdades regionais na oferta da pós-graduação é comum a todos os planos, I PNPG (1975/1979), II PNPG (1982/1985), III PNPG (1986/1989), IV PNPG (não publicado), V PNPG (2005/2010) VI PNPG (2011/2020) (MENDONÇA, 2003).

O PNPG (2005-2010) destacou a finalidade de promover o crescimento equânime do Sistema Nacional de Pós-Graduação, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do País. Desta forma, o documento aponta as discrepâncias relativas aos investimentos entre os programas, bem como as assimetrias regionais, intraregionais e estaduais, demonstrando a necessidade de indução de programas de pós-graduação e pesquisa, por meio de recursos adicionais e de maneira estratégica, integrados a políticas públicas de médio e longo prazos (PNPG 2011-2020).

Nesse enfoque, a CAPES define no Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020), que passou a integrar o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), as diretrizes, estratégias e metas direcionadas para constituição de uma política de pós-graduação e pesquisa no Brasil e refere-se ao termo assimetrias regionais para conceituar as desigualdades e os desequilíbrios na distribuição de programas, investimentos e ações entre regiões, instituições e áreas de conhecimento (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o PNPG (2011-2020) apresenta as políticas de incentivo, como o procedimento dos fundos setoriais, que destina 30% dos seus recursos às políticas científicas e de pós-graduação para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e políticas de indução, por meio de ações voltadas para criação, fortalecimento ou a expansão do sistema de pós graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Entretanto, reconhece a prevalência da problemática, tanto na distribuição geográfica dos programas de pós-graduação pelo País, quanto à atribuição de conceitos dos referidos programas na avaliação da CAPES, bem como no que concerne à área de conhecimento (BRASIL, 2010).

Com base nesse pressuposto, o PNPG (2011-2020) apresenta as seguintes reflexões: 1. “Definir políticas de indução e incentivo à pós-graduação com um olhar nas regiões e nas unidades da federação é eficaz na redução das assimetrias?” 2. “A redução das assimetrias deve ter como alvo a produção de homogeneidade de indicadores de pós-graduação e entre áreas do conhecimento em todas as unidades da federação”? (BRASIL, 2010, p. 145, 146).

A esse respeito, o PNPG 2011-2020 apresenta a análise de indicadores da CAPES relativos à distribuição dos programas de pós-graduação, concessão de bolsas e distribuição de docentes por unidades da federação e por mesorregiões. Nesse sentido, define que as políticas de indução, para reduzir as assimetrias, precisam partir do diagnóstico dos

indicadores por mesorregiões, a partir de “políticas estratégicas de desenvolvimento científico e tecnológico identificadas com as vocações de cada mesorregião, consolidando o processo de interiorização do ensino superior brasileiro” (PNPG 2011-2020, p. 146).

Além disso, enfatiza que as assimetrias em nível macrorregional ocorrem devido ao elevado número de mesorregiões sem programas de pós-graduação, [...] “o quadro atual requer uma redefinição dessa política, articulando os governos estadual e federal, para garantir o processo de interiorização do ensino superior de qualidade, sintonizado com as vocações regionais em todo o território nacional” (BRASIL, 2010, p. 152).

A redução no número de mesorregiões sem programas, docentes e bolsas de pós-graduação e, conseqüentemente, das assimetrias em indicadores de pós-graduação, passa necessariamente pelo apoio e fortalecimento dos grupos emergentes que possuam mérito para tal, sem que com isso se prejudique a consolidação e ampliação dos grupos de excelência, responsáveis diretos pelo atual destaque do Brasil no cenário científico internacional (BRASIL, 2010, p. 153).

Observa-se que a definição de políticas de indução e incentivo à redução das assimetrias da pós-graduação no País, devem reconhecer as especificidades das regiões, bem como as condições das instituições, além de repensar os critérios de avaliação para considerar as diferentes realidades, além disso, os cursos novos enfrentam uma série de desafios que os colocam em desvantagem em relação aos que já estão consolidados.

Nessa perspectiva, o PNPG (2011-2020) propõe as seguintes estratégias para redução das assimetrias regionais: criação de programas estratégicos específicos; articulação entre agências para criar e apoiar os referidos programas; ampliação da articulação das Agências Federais com os Governos dos Estados – Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Apoio e com o setor empresarial; participação mais efetiva dos fundos setoriais na pós-graduação e a definição de novas tipologias regionais para a pós-graduação, que possibilitou a criação de redes e de parcerias na pesquisa e na pós-graduação (BRASIL, 2010). Além disso, apresenta os programas desenvolvidos na perspectiva de redes e propõe maneiras de incentivo pelas agências de fomento, a exemplo da criação de projetos de educação à distância “[...] que contivessem propostas inovadoras e substantivas, em áreas estratégicas, capazes de ampliar significativamente a formação de recursos humanos qualificados e sua oferta para diversos setores da sociedade” (BRASIL, 2010, p. 34). **O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE 2014-2024)**

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), por meio da Lei nº 10.005/2014, configura uma nova fase para as políticas educacionais brasileiras (DOURADO, 2016). Como forma de viabilizar o processo de interiorização da pós-graduação, o referido

plano apresenta metas, acompanhadas de estratégias, no intuito de possibilitar a consecução e o alcance dos resultados previstos.

O documento apresentado como linha de base preliminar dos indicadores para o monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014-2024, expõe que “as metas podem ser

definidas como as demarcações concretas do que se espera alcançar em cada dimensão da educação brasileira. As estratégias, por sua vez, descrevem os caminhos que precisam ser construídos e percorridos por meio das políticas públicas” (BRASIL, 2015, p. 12).

Desta forma, as metas 13 e 14 do PNE (2014-2024) articulam-se no sentido de fomentar o desenvolvimento de políticas que contribuam para o processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. **Meta 14:** elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

As metas vêm acompanhadas de estratégias que podem subsidiar a definição de ações e políticas institucionais, como a institucionalização da pesquisa em articulação com programas de pós-graduação *stricto sensu*; a formação de consórcios entre instituições públicas de Educação Superior, visando potencializar a atuação regional; a expansão do financiamento pelas agências oficiais de fomento à pesquisa, de modo integrado e articulado com a CAPES; ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, consolidar o processo de internacionalização, incentivar a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa; o estímulo à pesquisa e inovação, considerando as diversidades regionais e à pesquisa aplicada, visando a inovação e a produção e registro de patentes.

Para avaliação e monitoramento das metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação, houve a construção de indicadores educacionais, que direcionam a produção de informações sobre a situação escolar da sociedade, com a finalidade de expor de forma concisa realidades, processos e contextos complexos, dotados de várias dimensões, que apontam a prevalência de assimetrias regionais e a necessidade de fortalecer as políticas, ações e estratégias para a sua redução.

51

O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE 2016-2026)

Considerado um importante instrumento de gestão, o Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE 2016-2026), elaborado em coerência com o PNE (2014-2024) e aprovado pela Lei Estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016, dentre as suas metas, estabelece o seguinte:

Meta 13: elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. **Meta 14:** fortalecer o aumento gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 1.900 (um mil e novecentos) mestres e 500 (quinhentos) doutores, de maneira contínua e gradativa.

Com base nessas perspectivas, o PEE (2016-2026) apresenta estratégias que podem subsidiar a definição de ações para o fortalecimento da pesquisa e interiorização da pós-graduação *stricto sensu* no estado. Com relação a meta 13, propõe o diálogo para consolidar a disposição de mestres e doutores na rede pública de Educação Superior, a cooperação institucional e o desenvolvimento regional; estimular a permanência de mestres e doutores das IES nos cursos de licenciatura, visando ampliar as discussões sobre os indicadores educacionais e as suas consequências para a sociedade; impulsionar a formação de consórcios entre IES públicas e privadas, a fim de potencializar a atuação regional.

Dentre as estratégias da meta 14, destacam-se a articulação da IES na construção de um plano estratégico para expandir as matrículas na pós-graduação; a articulação entre as universidades e os institutos federais, visando a oferta de pós-graduação *stricto sensu* em áreas prioritárias de desenvolvimento integrado do estado, reconhecendo as vocações intrarregionais e interregionais; o estímulo ao planejamento conjunto entre as IES baianas para a formação de mestres e doutores, a integração e atuação articulada entre a CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa e à implementação de ações para reduzir as desigualdades ético-raciais e regionais; expansão do acervo bibliográfico para cursos de pós-graduação; fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento e inovação, considerando os Territórios de Identidade e os municípios.

PANORAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

A pós-graduação *stricto sensu* na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é recente, o primeiro programa de mestrado, autorizado pela CAPES, foi implantado em 2001, o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), e em 2008, foi

52

autorizado o doutorado pelo mesmo programa, que está vinculado ao Departamento de Educação - DEDC, *Campus I*, localizado na cidade de Salvador (UNEB, 2017). A oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela UNEB são propostos e oferecidos pelos Departamentos, em articulação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG), sob a regulamentação do Conselho Universitário (CONSU). Com base no Relatório Quadrienal 2013/2016, da Pós-Graduação *Stricto Sensu* – UNEB (2017), a UNEB avançou significativamente na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* nos últimos dez anos, com dezesseis programas de mestrado e dois de doutorado. Este avanço tem se ampliado nos últimos dois anos, com a aprovação de seis novos programas de mestrado e três de doutorado na capital e no interior, totalizando vinte e dois programas de mestrado e cinco programas de doutorado (Quadro 3).

MESTRADOS ACADÊMICOS				
Nº	PROGRAMA	DPTO.	CONCEI TO CAPES	INÍCIO
01	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC)	DEDC I / Salvador	5	2001
02	Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL)	DCH I / Salvador	4	2006
03	Programa de Pós-Graduação em Química Aplicada – (PGQA)	DCET I / Salvador	3	2006
04	Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós Crítica)	DEDC II / Alagoinhas	4	2009
05	Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Horticultura Irrigada (PPGHI)	DTCS III / Juazeiro	4	2006
06	Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA)	DCH III / Juazeiro	3	2013
07	Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS)	DCH V / Sto. Antônio de Jesus	3	2007
08	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Vegetal (PPGBVeg)	DEDC VIII / Paulo Afonso	3	2010
09	Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)	DTCS III / Juazeiro	4	2010
10	Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais	DEDC II / Alagoinhas	3	2015
11	Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN)	UNEAD / SALVADOR	3	2018
12	Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGFARMA)	DCV I / Salvador	3	2018
13	Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET)	Salvador	A	2018
MESTRADOS PROFISSIONAIS				
01	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC)	DEDC I / Salvador	4	2011

02	Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA)	DEDC I / Salvador	4	2014
03	Programa de Pós-Graduação em Educação e	DCH IV /	4	2014

	Diversidade (MPED)	Jacobina		
04	Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (Profletras)	DCH V / Sto Antônio de Jesus	4	2013
05	Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistoria)	DEDC I / Salvador	4	2016
06	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (ProfFísica)	UNEAD / SALVADOR	4	2016
07	Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade	DCH VI / Caetité	A	2018
08	Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social	DEDC XI / Serrinha	3	2018
09	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva	Campus I / Salvador	A	2018
DOUTORADOS ACADÊMICOS				
01	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC)	DEDC I / Salvador	5	2009
02	Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	DCH XIX / Camaçari	4	2009
03	Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)*	DTCS Campus III / Juazeiro	-	2018
04	Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural**	DEDC II / Alagoinhas	4	2019
DOUTORADO PROFISSIONAL				
01	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), em associação entre a UNEB, UNIVASF e UFRPE	Campus sede a ser definido	A	2018

Fonte: Plataforma Sucupira CAPES. Consulta em 02/03/2019.

*Disponível em: <<http://www.portal.uneb.br/noticias/2018/12/13/em-dois-anos-uneb-aprova-na-capes-8-novos-programas-de-pos-graduacao-stricto-sensu-na-capital-e-interior/>> Acesso em: dez. 2018

**Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/avaliacao/entrada-no-snp-g-propostas/mestrado-profissional/resultados>> Acesso em: mar. 2019.

Além disso, a UNEB firmou convênios com outras Instituições de Educação Superior para oferta de programas de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em quatro Departamentos, em Geografia (UNICAMP), no Departamento de Ciências Humanas – *Campus V* – Santo Antônio de Jesus (2015), em Comunicação Social (USP), no Departamento de Ciências Humanas – *Campus III* – Juazeiro (2016), em Educação (UFMG), no Departamento de Educação – *Campus XII* – Guanambi (2017) e em Educação (UFRJ), no Departamento de

Após um período de quase 18 anos de implantação do primeiro programa, observa-se o investimento que tem sido feito pela Universidade para a expansão dos PPGSS para outras regiões e territórios. Anteriormente, havia uma concentração dos programas na capital e regiões litorâneas, portanto, mesmo diante de um cenário de crise, a UNEB tem empreendido

54

esforços em busca da consolidação das atividades de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu* e do fortalecimento do processo de interiorização.

A oferta da pós-graduação *stricto sensu* é condição para as instituições se manterem como universidade, conforme Parecer nº 977/1965 (Parecer Sucupira), que assim dispõe: “um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em um centro criador de ciência e de cultura”.

Além disso, a existência de programas de pós- graduação *stricto sensu* é considerada na avaliação externa de Instituições de Ensino Superior – IES, que integram o Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES, conforme artigo 2º da Portaria MEC Nº 1.264/2008.

Desta forma, a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o incentivo e a busca de condições favoráveis para o desenvolvimento da pesquisa, insere-se na perspectiva de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e de uma universidade compromissada com a formação integral do ser humano.

Pode-se observar que em 2016, o quadro de docentes doutores (as) da Universidade era composto por 772 (setecentos e setenta e dois) doutores, destes, somente 263 professores integravam o quadro permanente da pós-graduação *stricto sensu*, 58 como colaboradores e 05 na condição de visitantes (Tabela 4).

Pode-se considerar, portanto, a existência de um número significativo de doutores com capacidade intelectual de produção acadêmica e científica, que não estão engajados em programas institucionais *stricto sensu* na UNEB.

Tabela 4: Quantitativo de Docentes por Titulação (UNEB)

Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2014	24	569	1.022	555	2.170
2015	18	443	1.003	682	2.146
2016	17	437	1041	772	2.267

Fonte: SIGP – Disponível em Anuário UNEB em dados 2017 - base 2016 (UNEB, 2017)

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI UNEB 2017-2022) O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNEB 2017-2022), estabelece a interiorização da pesquisa e pós-graduação como um objetivo institucional, com vistas a superar as

assimetrias interregionais e intrarregionais. Assim, propõe as seguintes metas: o fortalecimento dos programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e projetos considerados

55

estratégicos para o desenvolvimento local e regional sustentável, apoiado nos Centros e Núcleos e, sobretudo, no interior do estado e as redes de pesquisa dentro da UNEB. O PDI UNEB 2017-2022 sugere ainda a articulação com outras redes de pesquisa no País e no exterior, mapeadas e fortalecidas, reconhecendo a importância das redes não só para a pesquisa e pós-graduação, mas também como forma de gestão, com a inclusão das Redes de Gestão Departamental.

As Redes de Gestão Departamental (RGDs), propostas e definidas no Plano de Metas da UNEB (2010/2013), surge como estratégia para descentralização da gestão e para o fortalecimento dos Departamentos do interior e têm como objetivo:

Potencializar os programas e projetos a partir da aglutinação e congruência de interesses e demandas mútuas; qualificar a produtividade e o gasto público; e promover o intercâmbio de experiências e competências fundadoras de uma rede virtuosa para o desenvolvimento institucional e o seu reatamento no desenvolvimento do Estado (UNEB, 2010, p. 14).

Desta maneira, as Redes foram constituídas a partir de uma estrutura organizacional pensada para facilitar os processos de gestão e as ações que geram desenvolvimento institucional e regional.

[...], as políticas públicas podem ser cada vez mais focadas e construídas para obter resultados otimizados, em linha com indispensáveis avanços em estudos sobre a realidade diferenciada por cada região da Bahia. Esse é um papel estratégico que as universidades, em especial a UNEB, poderão exercer, porquanto as suas características *multicampi* permitem obter uma ampla, qualificada e efetiva capacidade de obtenção de resultados territoriais (NEIVA, MATTOS E GOMES 2016, p. 16).

Portanto, apresentam-se como uma das estratégias que podem ser utilizadas para aproveitar o potencial decorrente da organização *multicampi*, como forma de fortalecer a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu*, fazendo com que a UNEB possa cumprir o seu papel enquanto universidade e o seu compromisso com a sociedade.

Importante ressaltar também que o Plano de Ações Prioritárias (PAP UNEB 2014 – 2017), propunha dentre os onze princípios que pautaram a construção do Projeto de Gestão da Universidade, a Formação Cidadã e Profissional e a consolidação da pesquisa e inovação, componentes do eixo de Produção e Difusão do Conhecimento, consideradas como “canais contemporâneos de inserção da Universidade no mundo da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura” (PAP – UNEB, 2014, p. 17).

Os eixos estratégicos do PAP UNEB (2014-2017) desdobram-se em programas

Nesse sentido, o eixo de Produção e Difusão do Conhecimento contempla os seguintes programas estratégicos relacionados à pesquisa e inovação:

Programa de Fortalecimentos dos Grupos de Pesquisa, Atração, Interiorização e Fixação de Pesquisadores na UNEB (PROFORTE); Programa de Apoio aos Programas de Pós-Graduação (PROPÓS); Interiorização da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação; Internacionalização, Mobilidade e Cooperação; Programa de Apoio às Publicações Científicas (PROPUBLIC); Produção, Divulgação e Circulação do Conhecimento. Quanto aos programas transversais nesta área, assim considerados por estarem vinculados a mais de um eixo, são propostos: Fomento e Apoio à Participação e Realização de Eventos; Suporte tecnológico: aquisição de equipamentos, softwares, implantação, otimização e fortalecimento de infraestruturas e serviços.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (1965), o País vivenciou um período de expansão, que levou à construção do I Plano Nacional de Pós Graduação, em 1975.

Observa-se que a pós-graduação é recente e consonante ao percurso histórico da criação de universidades, apresenta desigualdades e assimetrias regionais.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) demonstra a necessidade de partir de um diagnóstico por mesorregiões, identificando as características e as vocações regionais e institucionais, para desenvolver políticas de redução das desigualdades. Tal perspectiva, coaduna-se com o pensamento de Anísio Teixeira (1989) para a criação de uma tradição universitária nacional, coerente com a realidade do Brasil.

As proposições do PNPG 2011-2020, do PNE 2014-2024 e do PEE Bahia 2016-2026, buscam incentivar o fortalecimento e a consolidação do processo de interiorização. Nessa perspectiva, observa-se que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem buscado estratégias para o desenvolvimento e fortalecimento da pesquisa e pós-graduação, considerando a importância de sua interiorização.

Para Dourado (2017, p. 132) a articulação entre as iniciativas, proposições e políticas do PNE com o PNPG 2011-2020, “redundará, invariavelmente, em maior coordenação e articulação das políticas e melhor alcance dos resultados, além de possibilitar maior análise das realidades e disparidades regionais que marcam a distribuição de mestres e doutores no País”. Nesse sentido, a inserção da UNEB nas regiões e territórios, denota o potencial da *multicampia* enquanto estratégia de interiorização.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) destaca o papel das instituições públicas para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu*, mas para isso são necessárias ações que possam “promover a autonomia das universidades e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ampliar o sistema de pós-graduação do País, corrigindo-se as assimetrias regionais”, sendo estes os principais desafios da Educação Superior no Brasil (AMARAL, 2011, p. 71).

Depreende-se que a estrutura da UNEB, permite o desenvolvimento de ações e políticas que possam gerar desenvolvimento social e econômico por regiões, entretanto, torna-se necessário reconhecer as especificidades da *multicampia* e garantir investimentos que possam subsidiar efetivamente suas ações.

De acordo com Kato e Ferreira (2016), o atual PNPG e o PNE, tratam do financiamento para expansão da pós-graduação pelos setores privado e público e apontam a necessidade de ampliação da atuação das agências de fomento e das Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs). Enquanto Dourado (2017), propõe o fortalecimento da capacidade estatal na oferta da pós-graduação, considerando a proeminência do setor público na oferta dessa etapa formativa, bem como a necessidade de uma política de formação para seu efetivo cumprimento.

Além disso, Dourado (2017) refere-se à característica marcante de diversificação e diferenciação institucional e ao recente e crescente processo de financeirização e mercantilização da Educação Superior, bem como às novas demandas do sistema de pós-graduação para adequar os indicadores avaliativos e redefinir procedimentos dos projetos de formação para atender os setores acadêmico, profissional e tecnológico. Desse modo, enfatiza a necessidade de um planejamento articulado e do efetivo apoio às instituições nos processos de expansão e interiorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e o Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE 2016-2026), reconhecem as assimetrias regionais e apresentam metas, estratégias e ações para viabilizar o crescimento e o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação do Brasil, por meio da importante e necessária articulação com as Instituições de Educação Superior.

A proposta de criação de programas estratégicos, a articulação entre agências de fomento, a criação de redes de pesquisas, de modo a considerar as possibilidades e os contextos regionais, a institucionalização da pesquisa à constituição de redes e consórcios

articulação com a CAPES, a ampliação da oferta de cursos e a internacionalização da pós-graduação, além do incentivo e fortalecimento dos grupos de pesquisa e dos processos de pesquisa e inovação, estão entre as estratégias sugeridas nos documentos analisados. Nesse sentido, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), enquanto instituição estadual organizada no modelo *multicampi*, possui um papel estratégico, em função das possibilidades de desenvolver ações subsidiadas pelas políticas educacionais macro, que podem articular-se no sentido de fortalecer e ampliar o processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* no estado, considerando a realidade dos territórios. Deste modo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNEB 2017-2022) inclui a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* como um dos objetivos institucionais e apresenta metas e estratégias coerentes com o predisposto no âmbito das políticas públicas nacionais.

Portanto, as ações e estratégias desenvolvidas pela UNEB, como a criação de programas estratégicos de fomento à pesquisa, a tentativa de organizar a gestão por redes, a interiorização de *PPGSS* e a oferta de Doutorados Interinstitucionais (DINTER), representam iniciativas importantes para o fortalecimento da pesquisa e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* e sua interiorização, condizentes com o que preconiza as políticas públicas educacionais (PNPG 2011-2020, PNE 2014-2024 e PEE 2016-2026), demonstra o compromisso com o desenvolvimento econômico, social e sustentável das regiões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.C. E. de; GUIMARÃES, J.A. **A Pós-Graduação e a Evolução da Produção Científica Brasileira**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

ALMEIDA FILHO, N.; SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova**, 2008. Disponível em:<<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: julho/2017.

AMARAL, N. C. **O Financiamento da Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Contexto de um Novo Plano Nacional de Educação 2011-2021**. In: OLIVEIRA, João Ferreira de (org.) *O Campo Universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração*. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 2011.

BAHIA. Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016. **Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado. Salvador, 12 maio 2016. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/anexos/84064/Lei13559.pdf>> Acesso em: julho/2017.

BOAVENTURA, E. M. **A Construção da Universidade Baiana: origens, missões e afro descendência**. Salvador, EDUFBA, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Ministério da Educação (MEC). Brasília, CAPES, Brasília, 2010. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br/plano>

nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em jun. 2017.

_____. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65**. Definição dos cursos de pós graduação. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Parecer-977-1965.pdf>>. Acesso em jun. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 Linha de Base**. Brasília – DF. INEP, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>>. Acesso em jul. 2017.

DOURADO, L.F. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

KATO, F. B. G. FERREIRA, L. R. **A Política de Expansão e Financiamento da Pós Graduação: as diretrizes do PNPG (2011-2020) e PNE (2014-2024)**. RBPAE - v. 32, n. 3, p. 677 - 697 set./dez. 2016

MENDONÇA, A. W. P. C. **A Pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira**. Educar em Revista. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 21, p. 289-308, 2003.

NEIVA, L. P.; MATTOS, W. R.; GOMES, M. A. **A UNEB Gera Conhecimento para o Desenvolvimento da Bahia**. Salvador, 2016.

OLIVEIRA, D.A. **Das Políticas de Governo à Política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educ. e Soc, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011.

SAVIANI, D. **A Pós-Graduação em Educação no Brasil: pensando o problema da orientação**. In: BIANCHETTI, Lucídio. MACHADO. Ana Maria Netto. Orgs. A Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis, Ed. Da UFSC, São Paulo, Cortez, 2006.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UNEB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quadriênio 2017-2022**. Salvador, 2017. Disponível em: <https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI_2017_2022-.pdf>. Acesso em: maio/2018.

UNEB. **Plano de Metas** (Reitoria 2010-2013). Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.uneb.br/prograd/files/2010/01/Plano_De_Metas_Reitoria-2010_02mar10.pdf>. Acesso em: julho/2017.

60

UNEB. **Anuário UNEB em Dados 2017 – Base 2016**. Salvador, 2017. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2015/09/ANUARIO_UNEB_2016_final-web2.pdf> Acesso em: julho/2018.

UNEB. **Plano de Ações Prioritárias** (Reitoria 2014-2017). Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.uneb.br/proplan/plano-de-acoes-prioritarias-2014-pap/>>. Acesso em: julho/2017.

UNEB. **Relatório Quadrienal 2013 – 2016 da Pós-Graduação *Stricto Sensu***. Salvador, 2017. Disponível em: < http://www.ppg.uneb.br/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio_quadrienal-stricto-sensu-2013-2016.pdf> Acesso em: julho/2017.

ARTIGO 3: UNIVERSIDADE MULTICAMPI, TERRITÓRIO E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: DESAFIOS E POSSIBILIDADES⁶

RESUMO

A organização *multicampi* constitui-se como uma importante estratégia no campo das políticas públicas de interiorização e democratização do acesso à Educação Superior no Brasil. Nesse sentido, esta pesquisa buscou reconhecer o potencial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), investigando os desafios e as possibilidades que se abrem para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* no Território de Identidade Sertão Produtivo. Deste modo, realizou-se um estudo de campo, com professores (as) doutores (as) dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da UNEB na região estudada, por meio do preenchimento de formulário online e entrevistas individuais e semiestruturadas. A análise de dados dos formulários considerou frequências e percentuais e para as entrevistas adotou-se da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005), que consubstanciou-se em dois discursos coletivos: 1. A Interiorização da Educação Superior e o Papel da UNEB; 2. O Processo de Interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu* pela UNEB e o Território de Identidade Sertão Produtivo. À luz do referencial teórico discute-se a prevalência do ensino de graduação e a formação docente como fatores identitários da UNEB, assim como seu pioneirismo na interiorização do acesso à Educação Superior. Depreende-se ainda que além do engajamento dos docentes para o fortalecimento dos grupos de pesquisa, o planejamento de estratégias e ações para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* requer um olhar para as condições acadêmicas, gerenciais e de infraestrutura, a partir da efetivação de uma política institucional construída por meio da interlocução com as demandas dos contextos regionais.

Palavras-Chave: Universidade *Multicampi*; Território; Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

INTRODUÇÃO

O cenário da pós graduação *stricto sensu* no Brasil reflete o contexto histórico da Educação Superior, marcada pelo processo lento e tardio, além do caráter elitista e centralizado nas capitais e grandes centros urbanos (DOURADO, 2001; ARNO, 2011; RISTOFF, 2011; TREVISOL, 2015).

A análise das condições de desigualdade e assimetrias regionais na distribuição de programas demonstra uma concentração de mais de 50% na região sudeste, seguida da região sul, nordeste, centro-oeste e norte. Outrossim, quando se toma como referência de análise as mesorregiões brasileiras identifica maiores concentrações nas regiões metropolitanas de quase todos os estados, principalmente as litorâneas (BRASIL, 2010).

Embora seja reconhecida a grande expansão da pós-graduação *stricto sensu* ocorrida nos últimos anos, observa-se que ainda existe um percurso longo a ser trilhado para que o País alcance índices educacionais ideais e equânimes. Nesse sentido, esta pesquisa está

⁶Artigo aprovado para publicação na Revista Lusófona de Educação.

referenciada no conceito de multicampia, como modalidade organizacional que envolve

dimensões acadêmico, organizacional e espacial, que são indissociáveis e interdependentes (FIALHO, 2005) e de sua inserção nos territórios.

Para Milton Santos (2012) o território envolve todos atores e aspectos do espaço utilizado pela sociedade, esta perspectiva deu origem a divisão regional do estado da Bahia, por Territórios de Identidade, adotada Secretaria de Planejamento (SEPLAN) a partir de 2010, como forma de possibilitar o desenvolvimento social e sustentável entre as regiões.

A UNEB encontra-se presente fisicamente em 19, dos 27 Territórios de Identidade da Bahia e destaca-se no Território de Identidade Sertão Produtivo pela presença física de três Departamentos, o Departamento de Ciências Humanas – DCH *Campus* VI (Caetité), Departamento de Educação – DEDC *Campus* XII (Guanambi) e o Departamento de Ciências Humanas e suas Tecnologias – DCHT *Campus* XX (Brumado), que juntos já permitiram a formação de, aproximadamente, seis mil⁷ egressos.

Deste modo, pressupõe-se o impacto gerado pela Universidade na formação de profissionais e no desenvolvimento social e econômicos dos municípios e adjacências, bem como a demanda social por formação pós-graduada na região, cujo percurso inicial tem sido historicamente oferecido pela Universidade.

A pesquisa realizada por Barbosa (2016) reconhece o destaque da UNEB no Território de Identidade Sertão Produtivo e confirma as suas contribuições para a formação inicial de professores nos meios locais, entretanto, reconhece o distanciamento no que se refere à formação continuada, principalmente em nível de mestrado e doutorado.

Ressalta-se que somente em 1995, a UNEB foi credenciada para oferecer programas de pós-graduação e tem apresentado um avanço considerável nos últimos dez anos, sendo que nos últimos dois anos, observa-se o crescimento do processo de interiorização.

Cumprir lembrar que o Território de Identidade Sertão Produtivo representa a região de origem do grande educador Anísio Teixeira, precursor e defensor da educação pública no Brasil. Nesse sentido, as ações para o desenvolvimento educacional do território, inclusive a oferta da pós-graduação *stricto sensu* é uma forma de reafirmar sua história e consolidar sua luta em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis formativos.

Anísio Teixeira defendia a pós-graduação como estratégia fundamental para a renovação e reconstrução da universidade brasileira (TEIXEIRA, 1989). De acordo com Machado (2007), inspirado nessa concepção, o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-

⁷ Informação disponibilizada pelas Secretarias Acadêmicas dos Departamentos pesquisados (2018).

1975) preconizava a necessidade de superação das diferenças regionais da pós-graduação no País, entretanto, após mais de quarenta anos, a interiorização ainda apresenta-se como uma meta a ser alcançada.

Nesse sentido, propõe-se neste estudo um olhar para a universidade *multicampi* e sua inserção no Território de Identidade⁸ Sertão Produtivo da Bahia, investigando os desafios e as

possibilidades que se abrem para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* na região.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho decorre de uma pesquisa de campo, realizada em duas etapas. A primeira buscou diagnosticar o perfil e a percepção dos docentes doutores do quadro permanente da UNEB, que atuam nos cursos de graduação (Licenciatura e Bacharelado), acerca das condições acadêmicas, gerenciais e de infraestrutura para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu* no Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia.

Assim, o campo de estudo compreende os três *campi* da UNEB localizados no referido território, o Departamento de Ciências Humanas – DCH *Campus* VI (Caetité), o Departamento de Educação – DEDC *Campus* XII (Guanambi) e o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT *Campus* XX (Brumado), que oferecem nove cursos de licenciatura (História, Geografia, Matemática, Letras Língua Portuguesa, Letras Língua Inglesa (02), Ciências Biológicas, Pedagogia e Educação Física) e quatro cursos de bacharelado (Administração, Enfermagem, Direito e Engenharia de Minas).

Neste primeiro momento, foi utilizado um formulário online, composto por 20 questões fechadas (Apêndice A), elaborado tanto com base nas exigências da CAPES para implantação de novos programas, como nas possibilidades estratégicas da instituição. O referido formulário foi encaminhado por e-mail para 42 (quarenta e dois) docentes doutores (Tabela 5 A), e, destes, 22 (vinte e dois) responderam.

⁸ Considera-se Território de Identidade, o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010a).

Tabela 5 A: Quantitativo de Doutores por

Departamento e Curso	<u>DEPARTAMENTO</u>	<u>Nº DE</u>	<u>DOUTORES</u>
<u>CURSO</u>			
DEDC CAMPUS XII PEDAGOGIA (MATUTINO E NOTURNO)	5	DEDC CAMPUS XII	
EDUCAÇÃO FÍSICA	3	DEDC CAMPUS XII	
ENFERMAGEM	4	DEDC CAMPUS XII	
ADMINISTRAÇÃO	0		
DCH CAMPUS VI GEOGRAFIA	5	DCH CAMPUS VI	
HISTÓRIA	5	DCH CAMPUS VI	
LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA)	7	DCH CAMPUS VI	
MATEMÁTICA	1	DCH CAMPUS VI	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	3		
DCHT CAMPUS XX LETRAS	6	DCHT CAMPUS XX	
DIREITO	3	TOTAL	42

Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas individuais e semiestruturadas. Dentre os 22 (vinte e dois) docentes doutores (as) que responderam ao formulário online, 11 (onze) foram selecionados e convidados para participar da entrevista, considerando os seguintes critérios: a garantia de ao menos um professor por curso de graduação (Licenciatura e Bacharelado); experiência com gestão e tempo de atuação na UNEB.

A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro flexível, composto de 06 (seis) questões abertas (Apêndice B), definidas com o propósito de instigar o discurso dos docentes a respeito do processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* da UNEB na região. As mesmas foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora.

Para análise dos dados da primeira etapa, foram utilizados instrumentos e ferramentas da pesquisa quantitativa, a exemplo de frequências e percentuais. Enquanto os dados da segunda etapa, foram analisados por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em uma forma não positivista de produção de pesquisa empírica, numa perspectiva de pensamento coletivo a partir da geração empírica de depoimentos com o metadiscurso teórico/interpretativo do pesquisador (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

A produção dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) é um processo complexo de análise de dados qualitativos, coletados verbalmente, por meio de depoimentos, a partir dos quais são extraídas as *Expressões-Chave (E-Ch)*, ou seja, excertos ou transcrições que demonstram a essência do conteúdo do discurso; as *Ideias Centrais (ICs)*, que corresponde a uma expressão que resume o sentido de cada discurso e as *Ancoragens (ACs)*, que são as ideias, teorias, concepções e/ou noções mais amplas contidas nos discursos, para então produzir um ou vários discursos-síntese, que compõem os DSCs (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

A organização dos discursos foi feita, inicialmente, por meio de uma tabela, denominada “Instrumento de Análise de Discurso IAD 1”, com três colunas, com as respectivas informações, Expressões-Chave (E-Ch), Ideias Centrais (IC) e Ancoragem (AC). Em seguida, foram transcritas as respostas de cada questão de todos os docentes entrevistados na primeira coluna e, posteriormente, foram destacadas as Expressões-Chave e organizadas pela Ideia Central identificada no conteúdo das E-Ch.

A partir desta técnica de análise foram construídos dois discursos síntese, o DSC 1: A interiorização da Educação Superior e o papel da UNEB e o DSC 2: A interiorização da Pós Graduação *Stricto Sensu* pela UNEB e o Território de Identidade Sertão Produtivo.

1.1 Caracterização do Território de Identidade Sertão Produtivo

No período em que o geógrafo Milton Santos assumiu a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) do estado da Bahia (1950 a 1960), foram evidenciadas discussões com base em estudos importantes sobre as regiões baianas e sobre planejamento regional, a partir de

critérios econômicos e das influências das cidades na organização do espaço (COSTA, 2012).

Com o objetivo de descentralizar as ações do governo, em 1966, o estado da Bahia foi dividido em 21 regiões administrativas, por meio da Lei Estadual nº 2.321/66. Nessa perspectiva, com o Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade no estado, com a finalidade de identificar prioridades temáticas com base na realidade local, de modo a permitir o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões.

O Território de Identidade Sertão Produtivo é composto por vinte municípios: Caetité, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Candiba, Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antônio, Malhada de Pedras, Brumado, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora, Tanque Novo e Lagoa Real (Figura 2).

Figura 2 - Mapa do Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia

Fonte: IBGE, 2015.

Localizado na região da Serra Geral, com base nas informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Bahia, 2010), a concepção social, político-administrativa e cultural do Sertão Produtivo deu-se a partir dos séculos XVII e XVIII, devido a ocupação econômica de seus municípios e do Alto Sertão da Bahia, iniciado pelo sistema de sesmarias e das Capitânicas Hereditárias no século XVI.

A região se caracterizou, por muitos anos, pela pecuária e cultivo do algodão, possui um grande potencial para a agropecuária, fruticultura irrigada e agricultura familiar, e, além disso, possui uma extensa jazida ferrífera, que passou a ser explorada a partir de 2007, produz mármore, granitos diversos, pedra-giz (Brumado), ametistas e urânio, sendo que na cidade de

Caetité localiza-se a principal mina de urânio do Brasil e a cidade de Guanambi caracteriza-se como polo do comércio regional (BAHIA, 2010).

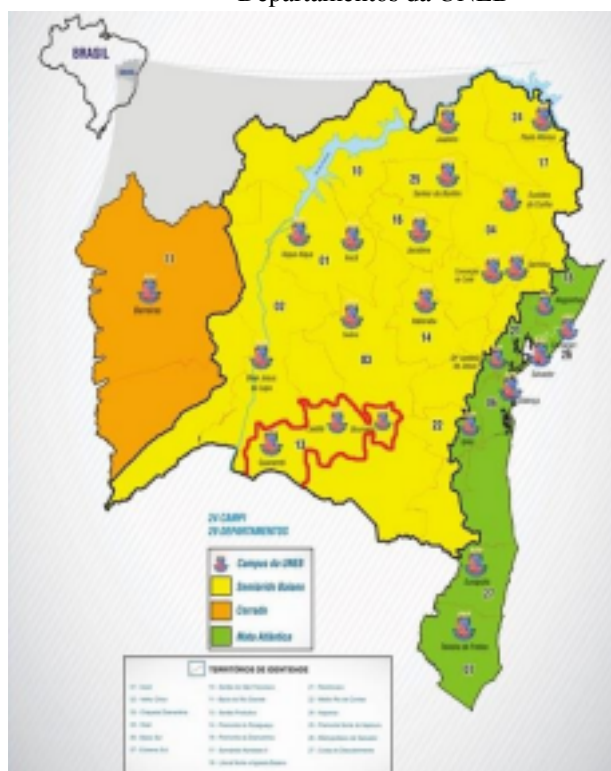
1.2 Caracterização da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Criada pela lei delegada nº66, de 01 de junho de 1983, sob a forma de autarquia em regime especial, mantida pelo Governo do Estado, vinculada à Secretaria de Educação (SEC) a UNEB possui a peculiaridade de uma estruturação por meio do sistema *multicampi*.

Atualmente, a UNEB possui 29 departamentos situados em 24 municípios baianos, sendo que o *campus* I está localizado na capital do estado, Salvador, onde se localiza os órgãos da Administração Central da Universidade e os demais *campi* estão situados em 23 municípios que compreendem todas as regiões do estado, dentre as quais se faz presente em 19 dos 27 territórios de identidade, que compõem a organização regional proposta pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

A UNEB está presente fisicamente com seus Departamentos nos três (03) principais municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo, (Guanambi, Caetité e Brumado) (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da Bahia com Identificação dos Territórios de Identidade e a Distribuição dos Departamentos da UNEB



Fonte: Plano de Gestão (Reitoria 2014-2017), com destaque para o território de identidade Sertão Produtivo feito pelos autores.

1.2.1 Departamento de Ciências Humanas (DCH) - *Campus* VI

O Departamento de Ciências Humanas – DCH *Campus* VI, localizado no município de Caetité, a 645 Km da capital, Salvador, oferece os cursos de licenciatura em Geografia (1992), História (1992), Letras com Língua Portuguesa e Literaturas (1994), Letras com Língua

Inglesa e Literaturas (1994), Matemática (1999) e Ciências Biológicas (2004).

Conforme informações extraídas do site oficial do Departamento, por ser a cidade natal do educador Anísio Teixeira, o município de Caetité passou a ser conhecido como “berço da Educação” e assumiu papel de referência em educação no estado da Bahia. No século XIX, foi criada a Escola Normal de Caetité, fechada em 1901 e retomada em 1926, posteriormente, na década de 1950, por meio de uma proposta de educação em tempo integral, a escola passou a ser denominada Escola Parque, depois, Instituto Anísio Teixeira.

Em 1962, foi criada a Escola de Nível Superior de Caetité, por meio da Lei nº 1.082, de 25 de outubro de 1962, incorporada à UNEB pela Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983, sendo denominada de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité (FFCLC) e a partir da Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, que instituiu a reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia. Desse modo, a UNEB passou a ser estruturada por Departamentos e a Faculdade passou a ser denominada de Departamento de Ciências Humanas (Campus VI).

1.2.2 Departamento de Educação (DEDC) – Campus XII

O Departamento de Educação – DEDC *Campus XII*, localizado no município de Guanambi, a 725 Km da capital, Salvador, oferece os cursos de Pedagogia – Licenciatura (1991), Educação Física – Licenciatura (1999), Enfermagem – Bacharelado (2005) e Administração – Bacharelado (2005).

Criado pelo Decreto nº 2. 636, de 04 de agosto de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 05 e 06 de junho de 1989, sob a denominação de Faculdade de Educação de Guanambi (FAEG), passou a ser chamado Departamento de Educação, a partir da Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997.

1.2.3 Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) – Campus XX

O Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT *Campus XX*, localizado no município de Brumado, a 555 Km da capital, Salvador, criado por meio da Resolução nº 09, de 02 de novembro de 2000, oferece os cursos de licenciatura em Letras (2001) e bacharelado em Direito (2012), implantado em regime de cooperação interdepartamental com o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (Campus XIX – Camaçari).

3 Resultados e Discussões

3.1 Perfil dos Docentes Doutores da UNEB

Dentre os 22 (vinte e dois) docentes doutores do quadro permanente da UNEB que responderam ao formulário online (Apêndice A), observou-se que a maioria possui o tempo de universidade entre 11 e 20 anos (72,7%), atua em regime de Dedicção Exclusiva (71,4%) e concluiu o doutorado nos últimos 07 anos.

Além disso, pode-se observar que a maioria foi bolsistas de doutorado (81,8%) e todos possuem experiência com orientação de Iniciação Científica e com o desenvolvimento de projetos de pesquisa. 31,8% dos docentes possui experiência em programas de pós-graduação *stricto sensu* (orientação/docência), 40,9% já atuou como coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) da UNEB e 95,5% está cadastrado em algum grupo de pesquisa vinculado ao CNPq. Portanto, observa-se que o perfil dos docentes doutores atende aos requisitos da CAPES para atuação em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

3.2 Condições Acadêmicas, Gerenciais e de Infraestrutura para Interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A Tabela 6 apresenta a avaliação das condições acadêmicas, gerenciais e de infraestrutura para o processo de interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNEB, com base na percepção dos docentes doutores da UNEB, nos Departamentos pesquisados.

Tabela 6: Avaliação das Condições Acadêmicas, Gerenciais e de Infraestrutura para o Processo de Interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Variáveis / Indicadores	BOM	REGULAR	RUIM
Condições Acadêmicas F % f % f %			
Disponibilidade de carga horária docente	6	27,27	12 54,55 4 18,18
Apoio para produção e difusão do conhecimento acadêmicas	2	9,09	15 68,18 5 22,73
Iniciativas para constituição de redes acadêmicas	3	13,64	13 59,09 6 27,27
Processo de internacionalização	1	4,55	11 50,00 10 45,45
Estímulos a parcerias institucionais	4	18,18	7 31,82 11 50,00
Condições Gerenciais F % f % f %			
Apoio das instâncias de Gestão Central UNEB	06	27,27	11 50,00 5 22,73
Apoio da Gestão Departamental (NUPE/Direção)	11	50,00	10 45,45 1 4,55
Política Institucional para Pesquisa e Pós Graduação	03	13,64	16 72,73 3 13,64
Fomento de Editais	01	4,55	14 63,64 6 27,27
Condições de Infraestrutura F % f % f %			
Espaço físico adequado para pesquisa	2	9,09	4 18,18 16 72,73
Disponibilidade de laboratórios	3	13,64	12 54,55 7 31,82
Disponibilidade de equipamentos	2	9,09	12 54,55 8 36,36
Disponibilidade de material didático	1	4,55	17 77,27 4 18,18

Obs.: Para o item “Fomento de Editais” houve uma não resposta.

Fonte: Os autores

A definição destas condições foram sistematizadas com base nas exigências normativas da CAPES para criação de novos programas de pós-graduação, mas também buscou considerar as estratégias institucionais que podem ser desenvolvidas para incentivar o crescimento e a consolidação da pesquisa e pós-graduação.

Na avaliação das “*condições acadêmicas*”, observou-se que o apoio para produção e difusão do conhecimento, as iniciativas para constituição de redes acadêmicas e o processo de internacionalização apresentaram maiores frequências para avaliação negativa (regular e ruim), com valores acima de 85%. Além disso, a questão da disponibilidade de carga horária docente e estímulos a parcerias institucionais também apresentaram maior percentual de frequências na avaliação entre regular e ruim.

Quanto às “*condições gerenciais*” nota-se o reconhecimento do apoio da gestão local,

uma avaliação regular quanto ao apoio das instâncias de Gestão Central, mas os aspectos relativos à política institucional para pesquisa e pós-graduação e o fomento de editais apresentaram maiores frequências para avaliação negativa (regular e ruim), com valores acima de 80%.

Para as “*condições de infraestrutura*” todos os indicadores obtiveram frequências negativas acima de 85%. Esta análise considerou o espaço físico adequado para a pesquisa, a disponibilidade de laboratórios, equipamentos e material didático.

Diante deste cenário, conforme Fialho (2005), os professores doutores não possuem condições para produção acadêmica e científica, assim, muitos partem em busca de outros ambientes de trabalho, ou restringem suas atividades ao exercício do ensino.

Pimenta (2007) expõe que a grande problemática de uma instituição universitária *multicampi* para se qualificar como universidade consiste na promoção da titulação docente e na oferta de programas de pós-graduação nos diversos *campi*, em meio as dificuldades como a fixação de doutores e a falta de infraestrutura adequada para pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu* requer infraestrutura adequada, não somente relativa ao espaço físico, bibliotecas e laboratórios, mas também à titulação docente, oferta de pós-graduação *stricto sensu* e produção intelectual institucionalizada (FIALHO, 2009).

3.3 DSC 1: A Interiorização da Educação Superior e o Papel da UNEB O DSC 1 apresenta a percepção dos docentes doutores a respeito do processo de interiorização da Educação Superior desenvolvido pela UNEB, considerando o que tem sido feito pela Universidade para possibilitar/ampliar ações de interiorização da pós-graduação *stricto sensu*. O discurso aponta o pioneirismo da UNEB na oferta do ensino de graduação e formação docente, bem como aborda as intervenções necessárias para a sua consolidação no campo da pós-graduação *stricto sensu*.

Quadro 4: Discurso do Sujeito Coletivo 1

DSC 1: A Interiorização da Educação Superior e o Papel da UNEB

A UNEB é pioneira na Bahia e se apresenta como uma das instituições mais significativas no sentido da interiorização da Educação Superior no Brasil. São 24 campi espalhados pelo território baiano, que é imenso e a gente vê que a oferta de cursos de graduação modificou o ensino nas regiões, não só o Ensino Superior, ela reflete também esse processo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Se a UNEB não tivesse chegado nas diversas regiões, sobretudo no interior do estado da Bahia, muitos dos filhos da *classe trabalhadora* não teriam acesso ao Ensino Superior. Então esse trabalho, essa *política de interiorização da UNEB* é uma possibilidade de acesso a muitos que não tem ou não teriam condição de ir para as capitais, portanto, essa Universidade tem um papel desbravador na disseminação da informação, principalmente da *formação docente, fora do eixo de dominação do capital na Bahia*. A estruturação da UNEB no modelo *multicampi*, dentro do tripé da educação priorizou o ensino. O crescimento da UNEB deu-se, principalmente, por interesses políticos, mas num outro ponto de vista, porque ela tem essa característica muito voltada para a graduação e para o ensino. Na verdade a identidade da UNEB foi pensada para interiorizar a formação dos docentes, de professores e depois ela avança para uma perspectiva de formação dos bacharéis também e aí agora ela avança numa perspectiva da pós-graduação *stricto sensu*. No que se refere a pós-graduação *stricto sensu*, existe uma maior concentração em Salvador, no campus I e nos departamentos do entorno de Salvador, então assim, a gente tem os Departamentos que ficam mais distantes, principalmente a região sudoeste, o semiárido, a região oeste, a gente não tem cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Mas a UNEB deu um salto muito grande, em relação a dez anos atrás, a ampliação do número de mestres e doutores é considerável, então a instituição precisa usar estratégias para criar programas. Uma questão enfrentada pelos campi do interior consiste na dificuldade em sustentar um grupo forte de doutores, para chegar a um nível de mestrado e doutorado, pois as pesquisas ainda são muito individualizadas. Outra questão é a carência de professores, que provoca uma sobrecarga na carga horária de ensino dos docentes, o que implica na falta de tempo para a pesquisa. Acho que a universidade deveria buscar uma forma de incentivar a estes professores pesquisadores a ter um acesso maior a pesquisa, mas como ele vai pesquisar? Como é que ele vai se dedicar, se ele não tem o tempo? O tempo dele é todo absorvido com as atividades de ensino da própria instituição. Por isso é convidativo para os doutores ir para os grandes centros, porque eles ficam com uma carga horária maior para a realização das pesquisas, porque encontram os grupos de pesquisa funcionando, encontra os laboratórios. Nos campi do interior, nós ainda não temos essa questão. A gente ainda não conseguiu fazer, estruturar, resolver essa *cultura institucional*, a gente não consegue deslanchar para os grupos de pesquisa, para esse trabalho de ordem mais coletiva, cada um faz o seu trabalho, faz muito bem, nós temos aqui boas produções, muita gente já publicando em periódico, mas a gente não tem essa *vivência coletiva*, então acho que esse é o problema que a gente precisa enfrentar. Portanto, a UNEB tem tradição mais de ensino, de cursos de licenciatura, de graduação, mas a pós-graduação e a interiorização da pós-graduação, ela precisa acontecer.

Fonte: Os autores

A UNEB é pioneira na Bahia e se apresenta como uma das instituições mais significativas no sentido da interiorização da Educação Superior no Brasil. São 24 campi espalhados pelo território baiano, que é imenso e a gente vê que a oferta de cursos de graduação modificou o ensino nas regiões não só o Ensino Superior, ela reflete também esse processo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (DSC 1).

O pioneirismo da UNEB é um marco histórico na Bahia, uma vez que o acesso à Educação Superior em muitas regiões deu-se por meio da sua atuação. Ressalta-se que no período de sua criação, na década de 1980, em que o processo de privatização estava em alta, surge a UNEB, com o diferencial de uma instituição pública e de iniciativa do poder público

estadual, além da forma de organização *multicampi*.

Se a UNEB não tivesse chegado nas diversas regiões, sobretudo no interior do estado da Bahia, muitos dos filhos da *classe trabalhadora* não teriam acesso ao Ensino Superior (DSC 1).

A característica de Universidade popular demonstra o papel da UNEB no rompimento de mais um paradigma histórico, que além da centralização envolve a elitização do acesso à Educação Superior. Portanto, a UNEB interioriza e democratiza o acesso, o que representa uma grande conquista para aqueles que se viam impedidos de frequentar e se manter em uma universidade.

A estruturação da UNEB no modelo *multicampi*, dentro do tripé da educação priorizou o ensino. O crescimento da UNEB deu-se, principalmente, por interesses políticos, mas num outro ponto de vista, porque ela tem essa característica muito voltada para a graduação e para o ensino. Mas, a partir de um certo momento, com as exigências e demandas sociais a nível mundial, a UNEB começou a tomar outros caminhos necessários, que foi a pesquisa e a extensão (DSC 1).

A formação docente e o ensino de graduação são características que marcam a identidade da UNEB. A formação de professores é um fator que está associado ao próprio objetivo que permeou a sua criação e a forma de organização *multicampi*. Quanto à prevalência do ensino de graduação envolve outras questões que vão desde as especificidades da multicampia e a dificuldade para oferecer ensino, pesquisa, extensão em pós-graduação em todos os *campi*, às próprias características do Ensino Superior no País, pois trata-se de uma condição histórica.

Ao tratar da UNEB, Fialho (2005) destaca a prevalência do ensino de graduação nos *campi* do interior, em detrimento do ensino e oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, pesquisa e extensão universitária. Para a autora, essas lacunas provocam prejuízos para a instituição e para a sociedade das regiões localizadas nos municípios geograficamente mais distantes da capital.

Esta configuração denota aspectos da históricos da formação universitária no Brasil, que está fortemente associada à formação de profissionais e evidencia uma necessidade de refletir sobre o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, que além de estar associado à própria condição de universidade, abrange uma discussão epistemológica.

[...] A pesquisa e a extensão são inerentes ao ensino contextualizado. O ensino e a extensão são inerentes à pesquisa, que proporciona o desenvolvimento de inúmeras competências e precisa ser socialmente relevante. Da mesma forma, o ensino e a pesquisa também estão presentes nos processos de extensão. Ambos estão imbricados e o isolamento de aspectos indissociáveis da realidade é uma forma de manifestação das dificuldades vivenciadas pela universidade “pendular”. Ora preza por uma atividade, ora por outra (TAUCHEN, 2009, p. 131, 132).

Nesse sentido, importa reconhecer que a inserção de uma instituição *multicampi* em

contextos regionais, requer o desenvolvimento pleno das atividades finalísticas de uma universidade. Desta forma, a interiorização e democratização do acesso à Educação Superior requer infraestrutura material e humana para desenvolver plenamente as funções de ensino, pesquisa e extensão, bem como a oferta de pós-graduação (FIALHO, 2005; 2009).

Nesse sentido, a UNEB tem demonstrado preocupação e compromisso com a ampliação de sua atuação, sobretudo no interior do Estado, contemplando no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UNEB 2017-2022) ações e estratégias relativas aos ensino, pesquisa e extensão, bem como para a interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

No que se refere a pós-graduação *stricto sensu*, existe uma maior concentração em Salvador, no campus I e nos departamentos do entorno de Salvador, então assim, a gente tem os Departamentos que ficam mais distantes, principalmente a região sudoeste, o semiárido, a região oeste, a gente não tem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (DSC 1).

Barbosa (2016) ressalta o importante papel da universidade com a formação de profissionais para a Educação Básica, além da democratização possibilitada pela organização *multicampi*, mas reconhece o distanciamento quanto à formação continuada e em nível de pós-graduação destes profissionais, evidenciando, portanto, a lacuna em relação à interiorização da pós-graduação *stricto sensu*.

Portanto, o compromisso com a interiorização do acesso à Educação Superior pela universidade *multicampi*, envolve uma série de desafios, inclusive a superação da restrição de sua atuação ao ensino, “[...] A permanência da universidade *multicampi* em lugares que não asseguram o seu próprio desenvolvimento não se pode transformar numa obrigatoriedade vazia, sem retorno social” (FIALHO, 2005, p. 74).

Nesse sentido, o processo de interiorização do acesso à Educação Superior, para além do ensino, requer infraestrutura material e humana, para adentrar realidades de desafios, caso contrário, poderá enfrentar dificuldades em lugares que não oferecem condições para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação (FIALHO, 2009).

Com base no pensamento internalizado no discurso dos (as) docentes doutores (as), observa-se que a UNEB tem contribuído para a interiorização do acesso à Educação Superior no estado da Bahia, embora existam fragilidades no pleno desenvolvimento das ações finalísticas de uma Universidade, sobressaem a bravura e o pioneirismo de uma instituição inserida em territórios e regiões outrora desassistidas.

Portanto, a trajetória histórica da UNEB é reconhecida pelo papel desempenhado a nível de ensino de graduação e formação docente, mas a instituição tem conduzido de forma progressiva a ampliação de sua atuação para cursos de bacharelado, pesquisa, extensão e pós graduação *stricto sensu*.

3.4 A Interiorização da Pós-Graduação Stricto Sensu pela UNEB e o Território de Identidade Sertão Produtivo

O DSC 2 apresenta o olhar dos docentes doutores a respeito do processo de interiorização da pós-graduação *stricto sensu* pela UNEB, no Território de Identidade Sertão Produtivo. O discurso aborda as estratégias e ações desenvolvidas pela Universidade, pelos Departamentos e pelos próprios docentes doutores, evidenciando a importância de um programa de pós-graduação *stricto sensu* na região, com destaque para as principais dificuldades, potencialidades, expectativas e proposições.

Quadro 5: Discurso do Sujeito Coletivo 2

DSC 2: A Interiorização da Pós-Graduação *Stricto Sensu* pela UNEB e o Território de Identidade Sertão Produtivo.

Avaliação do Processo de Interiorização - O processo de interiorização da pós-graduação pela UNEB ainda é lento, precisa ser acelerado, porque já tem muito tempo as licenciaturas nessas regiões, então a UNEB precisa olhar mais um pouco para o interior do estado. A gente tem chamado a atenção porque os professores doutores da casa não são convidados para participar de bancas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* que estão localizados no campus I, somos convidados por outras instituições, mas não pelos colegas da UNEB e isso demonstra uma falta de interesse dessa interiorização, porque se a universidade pensa em interiorizar um programa de pós-graduação *stricto sensu*, eu entendo que a universidade ela precisa também qualificar o seu corpo docente, e eu entendo que participar em bancas de mestrado, está inserido nesses programas, fortalece o grupo de professores dos *campi* do interior.

Importância de um programa de pós-graduação - É fundamental a criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* aqui na região, porque os professores precisam se

qualificar, as pesquisas precisam acontecer, no campo educacional, não só no campo educacional, na questão da licenciatura, mas também outros campos, tem muita coisa a ser pesquisada, muita revelação a ser feita, eu acho que a gente só cresce com a implantação de um curso de mestrado no interior. Tendo esses cursos regionais, dinamizaria demais os cursos e estes profissionais que estão todos, a grande maioria desses profissionais que passaram pela área de licenciatura, eles estão hoje em escolas particulares ou em escolas públicas e eles precisam se capacitar mais ainda e o curso *stricto sensu* ajudaria nesse sentido da capacitação e também que eles não precisem mudar da região. Além disso, a universidade tem o seu tripé ensino, pesquisa e extensão, então a pesquisa no interior realmente é bem difícil. Então acho que uma outra coisa muito importante que eu vejo sobre essa questão do *stricto sensu* no interior é valorizar as demandas regionais. Eu acho que a gente precisa atuar intencionalmente na melhoria da nossa comunidade e quando a gente torna isso tudo nucleado em Salvador, não é a mesma coisa.

Ações para a Interiorização - Mas, existem algumas ações para interiorização da pós-graduação *stricto sensu* na região, como a aprovação de dois DINTER, no mesmo período, o esforço para manutenção de bolsas para esses profissionais, o avanço na iniciação científica, a pesquisa chegando no interior, o incentivo também que o reitor vem fazendo, de incentivar as parcerias da universidade com outras instituições, para a criação de redes, pois não dá pra pensar pesquisa e produção do conhecimento sozinho, o incentivo também da SERINT, da internacionalização do Ensino Superior chegando para o interior, é atrativo e considero estratégico. Além disso, o edital do PROFORTE vem a dar um respaldo na fixação de docentes na região e na estruturação dos grupos de pesquisa, pra geração dos cursos de pós-graduação, mas tem uma descontinuidade. A UNEB sempre investe nos professores, então isso já é uma política fortíssima, mas falta a gente ter esse objetivo claro, porque muitas vezes a gente se qualifica, mas não volta com uma produção compatível com

esse tipo de objetivo, então a gente tem o título, muitas vezes, mas sem a produção necessária de publicação de artigos, livros, formação de recursos humanos, a soma de tudo isso. O campus também foi dando oportunidade de muitos professores se tornarem doutores, inclusive com o investimento da própria universidade, liberando pra pessoa sair para se qualificar, mas depois que eles se qualificam, não querem ficar no interior, o que enfraquece e dificulta a consolidação de um corpo docente de doutores pra poder submeter um projeto à CAPES solicitando a pós-graduação.

Potencialidades - Mas tem Departamentos que possuem especializações consolidadas, já com a perspectiva de avançar já para a stricto sensu, possuem revistas já publicadas, grupos de pesquisa, projetos de Iniciação Científica, temos projetos de extensão com potencial para pesquisa e a proposta de projeto aguardando aprovação para o curso de mestrado stricto sensu, que é uma iniciativa do Departamento, mas que está voltado também para os outros campi aqui da região. Além disso, possui Departamento que começou recentemente a discutir a elaboração do projeto do curso de mestrado em educação, já formou uma comissão e vai submeter a PPG e depois ao CONSU para encaminhar pra CAPES. Além disso, os Departamentos contribuem liberando os seus professores e técnicos para se qualificar. Os Departamentos vem estimulando e o NUPE tem o papel essencial no estímulo, no apoio e no engajamento do professor dentro da pesquisa e da extensão. Eu acredito que nos últimos tempos essa visão do NUPE tem mudado, as vezes o NUPE acaba sendo somente um órgão administrativo, do que um elo de motivação pra pesquisa e a extensão. Uma outra coisa que vem ampliando na universidade é a criação de revistas científicas, esse é um outro ponto muito bom para a universidade. O ponto forte nosso é a vontade dos professores, são desejos que a gente tem de constituir esse grupo, de fortalecer e de trazer isso porque eu acho que a gente tem esse compromisso social com a comunidade e com o egresso também. São professores que pensam no desenvolvimento da região, que tem uma implicação com a região, que tem um envolvimento em diversos espaços da região, que estão inseridos em Conselhos diversos, nas escolas, em diversos espaços da região e que a gente quer contribuir com a formação das pessoas da região, então eu vejo muito mais esse coletivo de professores pensando em criar um programa de pós-graduação pra que as pessoas da região possam acessar um mestrado e quem sabe um dia um doutorado aqui na região, sem ter que sair pra outras cidades. Outra potencialidade também é o número de alunos com iniciação científica é um movimento que a gente está fazendo e que ajuda também a fortalecer esse processo de interiorização. Além disso, o envolvimento de alguns professores em programas de pós graduação de outras instituições como professores colaboradores do mestrado, como por exemplo da UESB, então a vontade é o principal, a vontade dos professores, esse é o principal fator, a outra, é que a gente pode criar cursos que não tenha apelo de mercado, a gente pode criar curso stricto sensu que não tem apelo direto, que visa mesmo o conhecimento em si, não o mercado.

Dificuldades - Portanto, temos o potencial a nível de produção, nós temos potencial a nível de envolvimento, de engajamento, de pertencimento com o campus, que eu acho que isso é muito importante, então assim, o potencial não nos falta, acho que falta a questão da infraestrutura que ela está a desejar, o campus hoje está superlotado, a gente tem essa dificuldade de espaço, falta também essa questão do incentivo no sentido de nos dá a possibilidade, condições de trabalho pra gente poder fazer isso, porque a gente tá todo mundo que é doutor, que é mestre e que produz bastante está envolvido em muitas atividades, de ensino, de pesquisa e de extensão. Então precisa também priorizar e dá condições a esses professores pra que eles possam pensar em atividades de pesquisa que demanda muito tempo, porque a orientação, esse tempo de orientação ao aluno consome muito o tempo do professor. Eu acho que a gente precisa ter uma política de interiorização no sentido de fixar o doutor no interior, ajudando nessa questão da produção do conhecimento, após o doutorado, porque não adianta você ter um diploma de doutor se você não produz, se você não publica, se você não orienta, e a condição pra gente produzir é você está credenciado num programa de pós-graduação, sem o credenciamento num curso de pós-graduação fica quase impossível você produzir na universidade. Outra questão é que muitas coisas começam e não são terminadas, como foi o caso da Rede

Interdepartamental, hoje em dia a gente não ouve mais a Rede Interdepartamental, por que não se ouve mais? O que foi que aconteceu com a Rede Interdepartamental? Então se tem o interesse de um Departamento auxiliar o outro, isso se perdeu também, se tem perspectiva de fazer cursos de pós-graduação stricto sensu com o envolvimento de professores de outros Departamentos, isso foi perdido também. Então eu estou falando administrativamente, a nível de reitoria, mas assim, ao mesmo tempo nos Departamentos, a tendência é que isso se fortaleça, ao mesmo tempo os professores vem tomando iniciativas, específicas dos Departamentos e com as conversas tidas, as iniciativas vem surgindo por Departamento e não pela reitoria. As iniciativas por parte dos órgãos superiores ainda são muito tímidas, porque aconteceram reuniões muito esporádicas, mas eu vejo que esta iniciativa está partindo mais do corpo docente, nós estamos nos unindo, vendo essa necessidade, não estou dizendo que a gestão não apoia, mas o que eu percebo é que há um esforço muito maior de quem está aqui no Departamento. Existem projetos, inclusive busca de parcerias, então há sim ações que estão sendo dirigidas com essa intenção de criar programas no interior, observa-se que houve uma mudança de política e de entendimento da UNEB enquanto universidade. Mas faltam ações político institucionais da universidade, existem conversas, mas falta algo mais sistemático, mais organizado, mais elaborado. Eu não estou dizendo que não possa existir uma intencionalidade, talvez tenha a intencionalidade, mas eu estou falando de coisas mais palpáveis, de ações ou de estratégias que estão sendo pensadas e que convocou o coletivo de professores do Departamento para pensar um programa de pós-graduação.

Papel dos Doutores - Ao refletir essa questão eu me coloco mesmo como parte do processo e vejo que sou corresponsável, então uma das perspectivas é realmente estimular os professores a buscar uma especialização, buscar uma qualificação maior, porque isso está vinculado não só a um incentivo de produtividade, mas também a um respaldo que ele vai dá para o aluno que ele vai orientar, estimular os alunos, submeter projetos de Iniciação Científica, que é um dos critérios que o professor precisa ter para participar de programas de pós-graduação stricto sensu, além disso, orientando na pós-graduação lato sensu, orientando na graduação, orientando trabalho de pesquisa de conclusão de curso, então eu acho que é esse movimento, é essa inserção que a gente tem procurado fazer no sentido de fortalecer e criar as condições pra poder participar de um programa de pós-graduação stricto sensu.

Motivação - Eu estou motivada porque, mas eu não consigo ver isso nos meus colegas, pois a gente está entrando num desânimo muito grande pela própria situação estrutural que a universidade está vivenciando. Essa questão do pouco investimento em pesquisa não é só da UNEB é uma realidade a nível nacional, infelizmente a gente estava num crescimento, numa ascensão em relação as políticas públicas de pós-graduação no Brasil, mas nos últimos anos de 2014 pra cá isso diminuiu drasticamente, foi um retrocesso que a gente teve e claro que isso também repercutiu também dentro da UNEB.

Expectativas - mas as expectativas elas são boas. Eu vejo que a nossa Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa está se organizando melhor, está tendo uma visão mais de universidade, porque antes centralizava praticamente tudo em Salvador, então hoje a gente já tem mais ações voltadas para o interior. Nós enquanto universidade, precisamos adentrar mais a CAPES, a CAPES ainda é um território muito fechado. Nós precisamos aprender, então muitas vezes a pessoa até tem disponibilidade, mas olha o caminho das pedras, alguém tem que ensinar o caminho das pedras e quem é que faz isso? Os professores experientes, os pesquisadores experientes, então assim, enquanto a pessoa ficar pensando em se fortalecer sozinho, não vai ter a política de universidade, vai ter a política individual. Acho que é um pouco isso, então assim, como é que se trabalha em rede? Como é que se constitui uma rede? A gente não pode ficar estimulando e fortalecendo individualidades, a gente precisa fortalecer ações coletivas. De forma geral, eu acredito que a UNEB está caminhando. Mas vejo um futuro não longínquo, mas um futuro próximo em que a UNEB terá, é, um reconhecimento maior para o interior do estado. Acredito que falta isso, falta o reconhecimento de que nós do interior temos a capacidade de também sermos muito bons, valorizados naquilo que nós fazemos. Eu acredito que a gente está no caminho, pelo ao menos hoje a gente já se fala, já se cogita e já se mobiliza. A expectativa é que a gente consiga implementar programas de pós-graduação stricto sensu e que a universidade ela

possa também, na sua totalidade, sobretudo a gestão central, com as pró-reitorias, principalmente a pró-reitoria de pesquisa possa dar o apoio necessário pra gente ter esse projeto aprovado pela CAPES, pra ele poder funcionar aqui na região.

Proposições - Minha proposição, para a consolidação ou pra facilitação desse processo, eu acho que seria um suporte mesmo da universidade para os grupos de pesquisa, porque a pós-graduação *stricto sensu* nada mais é do que os grupos de pesquisa que existem no Departamento, então se eles não estão fortalecidos, não vai adiantar nada, então fortalecer os grupos, então, por exemplo, políticas de financiamento, por exemplo, para os grupos de pesquisa, isso seria um bom passo pra gente consolidar a pós-graduação aqui e além disso, eu acho que precisamos pensar nas identidades, nas regiões, cuidar pra que as regiões não se distanciem do que elas são. A pós-graduação não vem pra mudar um região ela vem pra ajudar a nossa região.

Fonte: Os autores

O processo de interiorização da pós-graduação pela UNEB ainda é lento, precisa ser acelerado, porque já tem muito tempo as licenciaturas nessas regiões, então a UNEB precisa olhar mais um pouco para o interior do estado (DSC 2).

Ao reconhecer o papel importante da UNEB na interiorização da Educação Superior na Bahia, semelhante ao contexto histórico de âmbito nacional a pós-graduação *stricto sensu* surge como uma necessidade urgente, pois decorre de um processo lento, tardio e centralizado (TREVISOL, 2015).

Embora nos últimos anos tenha apresentado um crescimento considerável, ainda existe um elevado número de regiões sem acesso à pós-graduação, sobretudo nos municípios do interior. Deste modo, observa-se que a construção de uma política institucional construída de acordo com a realidade dos territórios é uma condição prevista no próprio Plano de Pós Graduação *Stricto Sensu* (PNPG 2011-2020).

As políticas de indução, para reduzir as assimetrias, precisam partir do diagnóstico dos indicadores por mesorregiões, a partir de “políticas estratégicas de desenvolvimento científico e tecnológico identificadas com as vocações de cada mesorregião, consolidando o processo de interiorização do ensino superior brasileiro” (PNPG 2011-2020, p. 146).

Além disso, com base no Parecer CNE/CES nº 977/1965 (Parecer Sucupira), que regulamentou a pós-graduação no Brasil, observa-se que cumprimento efetivo da pós graduação *stricto sensu* está associado à própria condição de universidade, o que implica na necessidade de buscar alternativas para o seu pleno desenvolvimento.

Mas, para além desta premissa, a pós-graduação *stricto sensu* permite fortalecer a pesquisa e a produção de conhecimentos que promovam o crescimento e o desenvolvimento regional. Com isso, observa-se o caráter estratégico do modelo de organização *multicampi* diante da inserção da Universidade em diversas regiões.

Entretanto, a organização *multicampi* implica em desafios e peculiaridades decorrentes das dimensões acadêmica, espaço-temporal e funcional, que repercute na organização das atividades e projetos, inclusive a pós-graduação (FIALHO, 2009; PIMENTA, 2007; BARBOSA, 2016).

Para Fialho (2009, p. 24), a inserção da universidade num dado espaço físico-geográfico possui relação com o processo de urbanização e de industrialização do País, assim, as

diferenças entre regionais e intra-estaduais “[...] manifestarão, com relação à expansão ou à interiorização, os efeitos desses mesmos processos, em decorrência dos indicadores econômicos e sociais, de áreas metropolitanas ou não metropolitanas, urbanas ou rurais”.